

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras reajusta diesel e reafirma independência	2
Título: Mudança em tributo pode ser saída para conter alta	5
Título: BR tem dúvidas de como viabilizar cartão caminhoneiro.....	7
Título: Bônus para leilão da cessão onerosa será de R\$ 106,6 bi	8
Título: Guedes quer repartir até R\$ 6 bi da cessão onerosa, caso reformas sejam aprovadas	9
Título: Nosso futuro de emissões zero	10
Título: Balanços de siderúrgicas devem vir em baixa no 1º tri	13
Título: Saudi Aramco cresce em refino	15
Título: Tribunal prorroga prazo para entrega de terreno pela Raízen.....	15
Título: RJ prepara contestação a cláusulas em operação de crédito	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: Remendos nos estragos do mercado do diesel	19
Título: De olho em eleição, Macri congela preços	20
Título: Petrobrás eleva preço do diesel em 4,8%.....	22
Título: Governo espera R\$ 106 bi com megaleilão	23
Título: Até R\$ 6 bi do pré-sal podem ser antecipados	24
Título: Venda da TAG faz Petrobrás segurar emissão de dívida	25
Título: Reajuste divide caminhoneiros e parte da categoria ameaça greve	26
Título: O presidente ‘entendeu’	27
Título: A crise ignorada por Bolsonaro.....	28
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	30
Título: Presidente quer liberação até maio de linha de Roraima	30

Título: União avalia antecipar recursos do petróleo para os estados.....	31
Título: Ouvido na pista	32
Título: Petrobras anuncia aumento médio de 4,8% para o preço do óleo diesel.....	34
Título: Apelido de ministro surgiu em obra 'campeã' de propina	36
Título: Fósforo ao lado do diesel.....	38
VEÍCULO: O Globo.....	39
Título: Governo pretende arrecadar R\$ 106,5 bi em megaleilão do pré-sal	39
Título: Petrobras reajusta preço do diesel em R\$ 0,10.....	41
Título: Caixa informa que estuda vender ações da Petrobras	43
Título: Bolsonaro garante não intervir na Petrobras, porém situação preocupa	44
Título: Perdendo a confiança	45
Título: Em busca de mais apoio à Previdência	47
Título: A America Latina e o populismo	49
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	51
Título: Articulações de bastidores.....	51
Título: Aumento do diesel.....	52

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/04/2019

Seção: Brasi

Autor: André Ramalho, Juliana Schincariol e Camila Maia | Do Rio e São Paulo

Título: Petrobras reajusta diesel e reafirma independência

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, na entrevista sobre o reajuste: "Bolsonaro não me pediu nada, apenas alertou sobre riscos de greve"

A Petrobras aumenta, a partir de hoje, o preço médio do diesel em 4,84% nas refinarias. Para o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, o anúncio reafirma a independência da companhia e mostra que não houve interferência do governo na política de preços da petroleira. Na quinta-feira passada, a

estatal havia subido o diesel em 5,74%, mas voltou atrás em seguida, depois que o presidente Jair Bolsonaro questionou o reajuste.

"Não sofri interferência nenhuma, zero", disse Castello Branco, em entrevista coletiva concedida ontem para comentar a decisão, que representa aumento de R\$ 0,10 no diesel. O preço da gasolina ficou inalterado.

Segundo ele, a mudança não foi determinada pelo presidente. "Bolsonaro não me pediu nada, apenas alertou sobre riscos de greve", disse. Para Castello Branco, a decisão de suspender o reajuste na semana passada trouxe "perda zero" para a Petrobras, porque as operações da empresa são feitas com hedge financeiro. Além disso, o custo com frete marítimo caiu, ajudando a limitar o impacto.

A política de preços com paridade com o mercado internacional foi reafirmada pelo executivo. Ele voltou a criticar o monopólio da estatal no segmento, que, segundo ele, restringe a liberdade de escolha dos consumidores. "Só vejo greve de caminhoneiros no Brasil e na França", disse, em referência à forte presença estatal nos mercados dos dois países.

O diretor financeiro e de relações com investidores da Petrobras, Rafael Grisolia, assegurou que todas as decisões recentes tomadas pela companhia em relação aos preços de combustíveis foram da diretoria, e não do governo. "O presidente [da República] tem todo o direito de perguntar e questionar decisões, como representante do governo no controle da companhia, mas não tem como deliberar, legalmente e estruturalmente. De fato, isso não acontece", afirmou, em evento em São Paulo.

O questionamento sobre o reajuste do diesel, por Bolsonaro, foi visto pelo mercado como uma tentativa de interferência e gerou uma série de reações no governo. Na terça-feira, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, ressaltaram que a Petrobras é livre para definir seus preços.

Para Grisolia, a decisão de segurar o reajuste foi relacionada com a "sensibilidade" da Petrobras, que, por ser monopolista no refino no Brasil, precisa levar em conta os riscos aos seus negócios e ao país. "Todos nós brasileiros temos que ter essa preocupação [com a greve dos caminhoneiros], e os administradores da maior empresa do Brasil também precisam pensar nisso", disse ele, lembrando que uma nova greve afetaria a produção da estatal.

Castello Branco também considerou legítima a preocupação de Bolsonaro com uma greve dos caminhoneiros. "A determinação de preços sem consideração desses riscos deu no que deu e teve um custo muito alto para a Petrobras e a

economia. Faz parte da minha obrigação olhar não só para retorno, mas também para riscos", disse, em referência à greve de 2018.

A periodicidade dos reajustes futuros, com intervalos mínimos de 15 dias, está mantida, assim como o alinhamento com preços internacionais. Segundo o presidente da Petrobras, no entanto, nada impede que a companhia mude essa periodicidade. "Estamos sempre buscando melhorias", disse. A volta de reajustes diários foi descartada.

Segundo Castello Branco, o impacto para o consumidor deve ser menor que o reajuste de R\$ 0,10 anunciado ontem. "No mundo ideal, o reajuste seria de R\$ 0,05 por litro para o consumidor final", disse ele, lembrando que os preços nas refinarias correspondem a 54% do preço na bomba.

A mensagem de membros do governo e diretores da empresa é de que houve um desentendimento que já foi esclarecido. Se houver nova divergência com o governo em relação aos preços da estatal, "a palavra final é minha", assegurou Castello Branco. Segundo ele, ao agir dessa forma, não há prejuízo para a governança da Petrobras. "Uma empresa não é uma democracia, para votar qual vai ser o reajuste."

Na gestão de Pedro Parente, os reajustes inferiores a 7%, para baixo ou para cima, eram decididos pela gerência-executiva de marketing e comercialização. Nas situações em que o reajuste ultrapassava essa margem, o assunto era deliberado pelo Grupo Executivo de Mercado e Preços (GEMP).

As dúvidas sobre a política de preços da Petrobras levantaram questionamentos sobre a governança da estatal, que passou por aprimoramentos nos últimos anos, depois das descobertas da Operação Lava-Jato. De acordo com Grisolia, o arcabouço legal reforçado e a grande visibilidade de qualquer ação tomada pela Petrobras ajudam a reduzir riscos de intervenção do governo. A discussão da última semana seria um exemplo disso. "Decisões de ótica empresarial corriqueira têm uma publicidade tão grande que realmente não vejo qualquer ação hoje que diminuísse ou não desse visibilidade para o risco de qualquer tipo de intervenção", disse o diretor.

Uma mudança no estatuto da estatal, por exemplo, poderia ser defendida pelo governo, mas para isso precisaria haver a convocação de uma assembleia-geral extraordinária, cuja pauta é pública. "Imagina o formalismo da convocação para mudar o estatuto de uma Petrobras no Brasil de hoje", disse.

Para resolver a questão no longo prazo, os executivos da Petrobras voltaram a defender o fim do monopólio da estatal no refino. Segundo Castello Branco, o

plano de venda das refinarias será apresentado à diretoria da estatal "em momento oportuno."

A Petrobras segue também buscando formas de eliminar o monopólio do gás. "Exercício de poder de monopólio restringe liberdade de escolha do consumidor", disse.

De acordo com Grisolia, a estatal está redesenhando o modelo de venda dos gasodutos que escoam a produção de petróleo nas bacias de Campos e Santos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo | De Brasília

Título: Mudança em tributo pode ser saída para conter alta

O governo avalia mudanças tributárias sobre o diesel para conter o aumento do preço nos postos de combustível. A medida é estudada pelo Ministério da Economia em meio à escalada da cotação do petróleo nos últimos meses e à pressão exercida por caminhoneiros.

A proposta foi confirmada nesta semana pelo próprio ministro da Economia, Paulo Guedes. "Se for numa direção em que começa a subir [o preço do petróleo], poderíamos fazer uma coisa compensatória? Sim, poderíamos reduzir impostos", disse o titular da pasta.

Uma das alternativas cogitadas pelo ministro é baixar o PIS/Cofins aplicado ao combustível. "Se começou a subir, e continuar subindo, pega o PIS/Cofins e baixa. Ele já baixou no ano passado de 0,45% para 0,36%. Pode baixar [agora] de 0,36% para 0,20%, de 0,20% para 0,10%", disse ele.

Outra ideia em análise é fazer parte da tributação aplicada ao diesel se tornar automaticamente variável, para servir como um "colchão" para amenizar a flutuação do petróleo. A proposta original usaria como base a contribuição de intervenção no domínio econômico (Cide).

O plano foi originalmente proposto no ano passado pela equipe do então ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e continuou a ser considerada neste ano pela nova equipe econômica.

Pela ideia, uma lei ordinária bastaria para criar a "nova Cide" - que teria alíquotas diferentes de acordo com o preço do petróleo. Apesar disso, ainda há dúvidas sobre a aplicabilidade imediata da solução - já que poderia ser necessário observar o princípio constitucional da noventena (que estabelece um

intervalo de 90 dias entre a criação ou aumento do tributo e sua efetiva cobrança).

Técnicos da equipe econômica consideram que um mecanismo tributário é mais adequado para amortecer os preços em comparação ao subsídio, que pode ter mais dificuldades para se encaixar em previsões e metas orçamentárias. Do ponto de vista fiscal, a solução tributária variável também é vista como mais interessante porque seria compensada ao menos parcialmente com a maior arrecadação de royalties da União (enquanto os subsídios, por exemplo, poderiam se tornar gastos fixos independentemente do preço do petróleo).

No começo do ano, conforme informou o **Valor** na época, a nova equipe econômica avaliava que o então arrefecimento do preço do diesel tinha fornecido tempo para o governo avaliar com mais tranquilidade a real necessidade de uma nova medida. Mesmo assim, a análise era que o comportamento dos preços no mercado doméstico tinha que continuar sendo alvo de atenção, e, por isso, a criação de uma política sobre o tema continuava sendo considerada.

As medidas são estudadas enquanto o governo monitora o movimento dos caminhoneiros e teme uma paralisação no país nos moldes da de 2018, que provocou uma crise de desabastecimento e causou impacto no PIB do país.

Neste ano, o medo de uma nova greve levou o Planalto a exonerar dois servidores que elaboraram um parecer contestando o movimento dos motoristas. No texto, eles havia considerado as medidas tomadas pelo governo no ano passado (como subsídios) como "fruto da coação" e disseram que os motoristas "conspiraram" contra o governo. Temendo uma reação, o Planalto se voltou contra os servidores com a versão oficial de que eles não teriam aval para produzir o documento - embora, nos bastidores, há a versão que o parecer havia sido liberado por superiores. De qualquer forma, nenhuma solução alternativa foi anunciada e o governo agora revive a pressão existente no ano passado.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, foi questionado nesta semana se o governo avaliava medidas como um imposto variável voltado ao diesel. "Estudos estão sendo feitos em todas as perspectivas. O anúncio, se e quando ocorrer, será feito pelo ministro Paulo Guedes", disse. Outro integrante da cúpula do ministério também foi perguntado sobre a criação do imposto variável e respondeu na mesma linha ao dizer que "tudo" está sendo estudado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 18/04/2019****Seção: Brasil****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: BR tem dúvidas de como viabilizar cartão caminhoneiro**

O cartão caminhoneiro a ser oferecido pela BR Distribuidora, como parte do pacote de medidas lançado ontem pelo governo para acalmar os ânimos da categoria, em meio à possibilidade de uma nova greve, é objeto hoje de muitas dúvidas dentro da companhia.

Segundo uma fonte da Petrobras, a área técnica da BR já iniciou os trabalhos para desenvolver o cartão, mas a avaliação inicial é de que a implementação do projeto não é simples e traz muitas dúvidas sobre o tamanho dos custos necessários para sua viabilização.

Ao mesmo tempo, ainda não está claro quem assumirá a cobertura de eventuais perdas da distribuidora com a iniciativa. A ideia do cartão é o caminhoneiro pré-contratar o valor do combustível assim que feche o contrato de frete. Caso o preço do combustível mude antes do fim da prestação do serviço, o caminhoneiro tem garantido o valor contratado inicialmente. Falta clareza justamente sobre quem vai arcar com essa diferença. "Não encontramos fundamentos que demonstrem atratividade para desenvolver o mecanismo", disse a fonte.

No dia 26 de março, num momento em que começaram a circular, nas redes sociais, ameaças de uma nova greve dos caminhoneiros, a Petrobras e a BR anunciaram a criação de uma espécie de cartão pré-pago que permitirá que caminhoneiros e proprietários de frotas comprem diesel a valores pré-determinados.

A BR Distribuidora já vinha estudando o assunto há alguns meses, mas acelerou os trabalhos recentemente. A Petrobras informou ao mercado que a BR esperava concluir o desenvolvimento do projeto até o fim de junho.

Existem muitas dúvidas sobre a operacionalização do mecanismo. Segundo a fonte, para a criação do cartão caminhoneiro, a BR terá que contratar um emissor de cartão por litragem informatizado, com permissão para acesso on-line de saldo.

Não está claro, por exemplo, se os caminhoneiros terão direito ou não a reembolso caso os preços caiam, ao invés de subirem, após a compra utilizando cartão. O receio dentro da área técnica é de que a distribuidora tenha de criar uma logística reversa para reembolsar os créditos não utilizados. Os trabalhos para desenvolvimento do cartão passam também por dúvidas se todos os postos da rede estarão conectados ao cartão.

Além disso, o cartão deve intensificar o uso de mecanismos de proteção (hedge). Em 2018, por exemplo, a empresa contratou US\$ 75 milhões para hedges de estoques, com o objetivo de alinhar o custo do estoque com os níveis de mercado.

"Se o projeto der certo, tudo bem. Mas, se der errado e a BR tiver perdas, não temos garantia de reembolso pela Petrobras. Nem o governo nem a Petrobras assumem claramente que se trata de uma política pública", diz a fonte.

Pelo estatuto social da BR, na hipótese de uma medida que não respeite "as condições de mercado adequadas com o setor privado em que atue, a Petrobras garantirá a compensação" à BR "pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida". Já a controladora, em seu estatuto próprio, deve ser reembolsada pelos cofres públicos por atividade orientada pela União. Foi assim, por exemplo, no programa de subvenção ao diesel.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Fábio Pupo | De Brasília

Título: Bônus para leilão da cessão onerosa será de R\$ 106,6 bi

O governo definiu ontem que o valor total a ser pago pelos consórcios vencedores do leilão de excedentes de petróleo do contrato da cessão onerosa da Petrobras será de R\$ 106,561 bilhões. Ao todo, quatro áreas serão ofertadas na disputa prevista para outubro. A estatal poderá manifestar seu interesse em atuar como operadora de qualquer área até 30 dias a partir da publicação da resolução aprovada ontem.

A maior área a ser ofertada é a de Búzios, com bônus de assinatura (a ser pago pelas empresas) de R\$ 68,194 bilhões e percentual mínimo do chamado óleo-lucro de 23,25%. Para a área de Sépia, o bônus é de R\$ 22,859 bilhões e o percentual é de 27,65%. Para a área de Atapu, bônus de R\$ 13,742 bilhões e

percentual de 25,11%. A menor área é a de Itapu, com bônus de R\$ 1,766 bilhão e percentual de 19,82%.

Por se tratar de áreas do pré-sal, o contratação será feita pelo regime de partilha da produção. A disputa entre as empresas não será pelo maior pagamento do bônus, como ocorrer na tradicional cobrança de outorga na concessão de projetos de infraestrutura. Vencerá a disputa a petroleira que oferecer o maior percentual de óleo lucro, renda obtida após a cobertura do conjunto de custos de exploração e produção.

Os parâmetros técnicos e econômicos do leilão foram definidos em reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Segundo o governo, trata-se de um "passo fundamental" para a realização do leilão marcado para o dia 28 outubro, "que poderá ser o maior do mundo no setor de petróleo e gás já realizado".

"A aprovação dos parâmetros técnicos e econômicos é resultado de um cuidadoso processo de modelagem econômica e multiobjetiva, que resultou em solução ponderada pelos membros do CNPE, observando política energética, política econômica e fiscal, custo de oportunidade e maior retorno para a sociedade, entre outros", diz texto do **Ministério de Minas e Energia**. Segundo a pasta, todos os elementos do processo de que trata o leilão dos excedentes serão encaminhados ao TCU.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Ana Krüger e Renan Trufi | De Brasília

Título: Guedes quer repartir até R\$ 6 bi da cessão onerosa, caso reformas sejam aprovadas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que está em estudo a antecipação da partilha de recursos da cessão onerosa com Estados e municípios. Segundo ele, estima-se que essas receitas se situem entre R\$ 4 bilhões a R\$ 6 bilhões. Ele adiantou que gostaria de compartilhar esses valores com os entes federados, mas condicionou a antecipação da transferência dos recursos à aprovação de reformas.

O ministro afirmou que o governo está analisando, também, a divisão, com os governos estaduais e municipais, do Fundo Social, fruto da exploração do pré-sal. As declarações do ministro foram feitas após almoço na residência oficial do Senado. Lá estavam presentes o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni; o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), o líder do governo no

Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), os senadores Eduardo Gomes (MDB-TO), Elmano Férrer (Pode-PI) e Izalci Lucas (PSDB-DF), além de todos vice-líderes do governo no Senado. Também foram convidados para o encontro os senadores Márcio Bittar (MDB-AC) e Sérgio Petecão (PSD-AC).

Segundo Guedes, o ministro da Casa Civil considerou que a "coisa na CCJ já está quase acertada". Ele referia-se a votação de parecer sobre a proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, marcada para ontem, mas que não foi concluída por falta de acordo entre as lideranças. A votação do parecer do relator do texto na comissão, Marcelo Freitas (PSL-MG), foi adiada para semana que vem.

Até que a votação ocorra, o parecer pode ser alterado. Até então, a análise do relator era pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional como foi enviada pelo Executivo. Os parlamentares defendem a retirada de pontos polêmicos já na CCJ, e não na comissão que analisará o mérito.

Segundo o titular da Economia, os pequenos ajustes vêm até de uma relativa inexperiência regimental dos congressistas novatos. Ele considerou "equivocado" mexer no mérito da reforma já na CCJ. A decisão, porém, é do Congresso, sublinhou.

O ministro concordou com o pedido dos senadores de acelerar as discussões sobre a revisão do pacto federativo. "Temos uma reforma emergencial, mãe, que é a da Previdência, mas não podemos ficar parados, temos que continuar deflagrando as reformas", disse Guedes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/04/2019

Seção: Opinião

Autor: Jeffrey Sachs

Título: Nosso futuro de emissões zero

Enfim é possível ver com clareza a solução para as mudanças climáticas induzidas pelo homem. Graças aos rápidos avanços das tecnologias de energias de carbono zero e dos sistemas de alimentação sustentável, o mundo agora tem condições para acabar, de forma realista, com as emissões de gases causadores do efeito estufa até meados deste século, com custos iguais ou pouco maiores e com benefícios decisivos para a segurança e a saúde. O principal obstáculo é a inércia: os políticos continuam a privilegiar a indústria de combustíveis fósseis e

a agricultura tradicional, principalmente por desconhecimento ou por interesse próprio.

A maior parte do aquecimento mundial e uma enorme parte da poluição do ar são provocadas pela queima de combustíveis fósseis: carvão, petróleo e gás. A outra principal fonte de destruição ambiental é a agricultura, incluindo o desflorestamento, o uso excessivo de fertilizantes e as emissões de metano pelo gado. O sistema de energia deveria deslocar-se dos combustíveis altamente poluentes para fontes de energia limpas, de carbono zero, como a solar e a eólica, enquanto o sistema alimentício deveria deslocar-se da criação de gado e da plantação de grãos usados como ração para produtos mais saudáveis e nutritivos.

Essas transformações da energia e dos alimentos levariam as emissões líquidas de gases causadores do efeito estufa a cair para zero até meados do século. Em seguida, as emissões líquidas se tornariam negativas, uma vez que o dióxido de carbono da atmosfera é absorvido por solos e florestas.

Alcançar emissões líquidas zero em meados do século e negativas depois disso provavelmente garantiria a meta de limitar o aquecimento mundial a 1,5° C acima da temperatura média verificada antes da era industrial da Terra. O aumento, de forma alarmante, já chegou a 1,1° C e a temperatura mundial vem subindo em um ritmo de 0,2° C por década. É por isso que o mundo precisa atingir as emissões zero, no máximo, até 2050. A passagem para um sistema de energias limpas evitaria centenas de milhares de mortes a cada ano em decorrência da poluição do ar, enquanto a passagem para dietas saudáveis e ambientalmente sustentáveis poderia evitar dezenas de milhares de mortes por ano.

A mudança para uma energia limpa de baixo custo agora é viável em todas as regiões do mundo, graças à forte queda nos custos da energia solar e eólica e às inovações no armazenamento de energia. Os custos do sistema total de energia renovável, incluindo transmissão e armazenamento, agora são similares aos dos combustíveis fósseis.

O principal passo a ser dado é promover um aumento em massa na geração de energia de fontes renováveis, principalmente a eólica e a solar. Alguns usos finais da energia, como o aquecimento doméstico e o transporte automotor, vão ser diretamente transformados em sistemas elétricos. Outros usuários finais

- indústria, navegação, aviação e transporte via caminhões - vão depender de combustíveis limpos produzidos por eletricidade renovável.

Ao transformar nossos sistemas de energia e alimentos, podemos ter energia de baixo custo e dietas saudáveis sem arruinar o ambiente. Os jovens, lutando pela segurança climática, fizeram sua lição de casa. Trump e Bolsonaro precisam fazer a deles e sair do meio do caminho

A continuidade nas construções de usinas a carvão na Ásia, somada ao desflorestamento em andamento no Sudeste Asiático, África e Brasil, coloca nosso clima, ar e nutrição em imenso - e totalmente desnecessário - risco. Nos Estados Unidos, a promoção dos combustíveis fósseis pelo governo Trump, apesar do vasto potencial das energias renováveis no país, torna o absurdo ainda maior. O mesmo vale para a renovação dos pedidos do novo presidente populista brasileiro, Jair Bolsonaro, para desenvolver - ou seja, desflorestar - a Amazônia.

Então, o que fazer?

Um importante novo estudo mostra que todas as regiões do mundo têm potencial eólico, solar e hidrelétrico para acabar com as emissões de carbono em seus sistemas de energia. Países em latitudes maiores, como os EUA, Canadá, Rússia e os do norte da Europa podem recorrer relativamente mais à energia eólica do que os tropicais. Todos os países podem aderir aos carros elétricos, assim como seus aviões, navios e caminhões podem ser movidos a novos combustíveis de carbono zero.

Essa transição energética vai criar milhões de empregos a mais do que os que vão ser eliminados pelas indústrias de combustíveis fósseis. Partes interessadas, como a ExxonMobil e a Chevron, que se recusam a admitir a chegada da transição energética, vão acabar pagando altos preços. Seus investimentos atuais em combustíveis fósseis vão ser ativos encalhados nos anos futuros.

Os contratos de governos e concessionárias públicas deveriam exigir que toda a nova capacidade de geração de energia seja de carbono zero. À medida que as velhas usinas de combustíveis fósseis envelheçam e sejam fechadas, deveriam ser substituídas por uma geração de energia limpa em bases competitivas, por exemplo, com leilões de energia renovável. China e Índia, em particular, deveriam parar de construir novas usinas alimentadas a carvão em seus territórios, enquanto países exportadores de capital, como China e Japão,

deveriam parar de financiar novas usinas a carvão no resto da Ásia, como no Paquistão e nas Filipinas.

A história com o uso da terra é igual. Se Bolsonaro realmente acha que vai promover uma onda de crescimento brasileiro abrindo a Amazônia a mais desflorestamentos para dar lugar a fazendas de gado e soja, ele deveria repensar. Esses planos isolariam o Brasil e obrigariam grandes empresas de processamento de alimentos a deixar de comprar produtos brasileiros, diante da ameaça de reação em massa dos consumidores mundiais.

As empresas de alimentos voltadas ao consumidor seguem na direção oposta. A grande novidade é que o Burger King, em novo empreendimento com a Impossible Foods, está aderindo aos hambúrgueres vegetais. Os produtos têm o mesmo gosto de hambúrgueres de carne. Técnicas químicas criativas usadas nos ingredientes vegetais permitem que os apreciadores de hambúrgueres saboreiem sua comida e ajudem a salvar o planeta.

Ao transformar nossos sistemas de energia e alimentos, podemos ter energia de baixo custo e dietas saudáveis e satisfatórias sem arruinar o ambiente. Os jovens no ensino médio lutando pela segurança climática fizeram sua lição de casa. Políticos como Trump e Bolsonaro precisam fazer a deles e sair do meio do caminho. **(Tradução de Sabino Ahumada).**

Jeffrey D. Sachs é professor de Desenvolvimento Sustentável e de Gestão e Políticas da Saúde da Columbia University. É diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Columbia University e da Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Copyright: Project Syndicate, 2019.

www.project-syndicate.org

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivan Ryngelblum | De São Paulo

Título: Balanços de siderúrgicas devem vir em baixa no 1º tri

As três principais siderúrgicas brasileiras - CSN, Gerdau e Usiminas - devem apresentar resultados fracos no primeiro trimestre de 2019, de acordo com analistas que acompanham o setor, prejudicadas pela queda no volume de vendas e aumento dos custos com matéria-prima.

O rompimento da barragem de Brumadinho (MG), no final de janeiro, provocou um aumento dos custos das empresas nos três primeiros meses do ano, pressionando suas margens. A tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao, na China, subiu 16% na comparação com o valor em que encerrou 2018, após a Vale, maior produtora da commodity do mundo, se ver obrigada a diminuir a produção.

O recuo no volume de vendas, por sua vez, foi provocado pela demora da economia brasileira em engrenar, além das incertezas vistas na economia global.

A Usiminas, que divulga hoje os resultados do primeiro trimestre, inaugurando a temporada de balanços, deve apresentar resultados decepcionantes, segundo os analistas. Gustavo Sadka, do banco Safra, projeta um recuo de 22,6% do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado, na comparação com o mesmo período de 2018, para R\$ 497 milhões.

Segundo ele, a empresa deve registrar vendas abaixo do esperado, dificultando a diluição dos custos, afetados pela valorização do preço do minério de ferro. Ele estima que o lucro líquido deve recuar em 49,6%, para R\$ 79 milhões. "No segmento de aço, as margens devem continuar pressionadas devido à estabilidade nos embarques [na comparação com o quarto trimestre] e o custo das mercadorias vendidas ainda elevado", diz o analista.

Os descontos nos preços dos produtos, dados no começo do ano, devem ser outro destaque negativo do resultado da Usiminas. "A companhia anunciou aumentos de preços no início do ano para todos os segmentos, entretanto, desde o fim de 2018, houve pressões por descontos, os quais foram dados, e estes aumentos de preços deverão ser apagados pelos descontos mencionados", diz Gabriela Cortez, analista do BB Investimentos. Ela projeta Ebitda de R\$ 627 milhões, baixa de 2%, e lucro líquido de R\$ 170 milhões, crescimento de 8,3% na comparação anual.

A Gerdau, cujo balanço está previsto para o dia 8 de maio, deve divulgar "resultados que ainda não inspiram", segundo a XP Investimentos. O Ebitda deve crescer 3,4% em relação ao primeiro trimestre de 2018, para R\$ 1,5 bilhão, com o avanço dos volumes vendidos compensando os preços realizados, que ficaram abaixo do esperado. As operações nos Estados Unidos devem ajudar o resultado consolidado, graças à valorização do aço no país. O lucro líquido deve crescer 35,7%, para R\$ 597 milhões.

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que divulga os resultados no mesmo dia que a Gerdau, deve apresentar um desempenho um pouco melhor que seus pares. Para os analistas, as operações de minério de ferro compensaram o fraco

desempenho visto na divisão de siderurgia, prejudicada pelo aumento dos custos com matéria-prima.

"O minério de ferro será o destaque positivo mais uma vez, impulsionado principalmente por preços mais fortes e volumes sólidos", diz trecho do relatório da XP Investimentos, que projeta Ebitda de R\$ 1,5 bilhão, alta de 18%, e lucro líquido de R\$ 297 milhões - retração de 80%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Anjli Raval e Simon Mundy | Financial Times, de Londres e Mumbai

Título: Saudi Aramco cresce em refino

A Saudi Aramco, petrolífera estatal da Arábia Saudita, negocia com a Reliance Industries a compra de participação minoritária nas operações petroquímicas e de refino da empresa indiana, segundo três fontes a par das conversas.

Maior produtora de petróleo do mundo, a Saudi Aramco elevou os investimentos em refinarias estrangeiras nos últimos anos, particularmente em países de alto crescimento na Ásia. A empresa há muito tem interesse em ter uma base no mercado indiano, uma vez que conta com a crescente demanda por petróleo no país para garantir vendas da commodity.

A Reliance ofereceu aos sauditas participação entre 10% e 20%, mas a Saudi Aramco deseja uma fatia maior, de acordo com uma das fontes. O jornal "The Times of India" noticiou que a Arábia Saudita negocia a compra de uma participação de até 25%, avaliada de US\$ 10 bilhões a US\$ 15 bilhões, o que implicaria valor de quase US\$ 60 bilhões para suas operações petroquímicas e de refino.

A Reliance, no entanto, almeja avaliação de mais de US\$ 80 bilhões para a divisão, segundo uma das fontes. Essa fonte disse que a empresa iniciou discussões com a Abu Dhabi National Oil Company (Adnoc). A Reliance é dona do maior complexo petroquímico e de refino da Índia, com capacidade de processamento de 1,4 milhão de barris por dia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/04/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Adriana Aguiar | De São Paulo

Título: Tribunal prorroga prazo para entrega de terreno pela Raízen

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) estendeu o prazo para entrega de parte de um terreno ocupado pela Raízen, principal fabricante de etanol de cana-de-açúcar do país, em uma ação de desapropriação movida pelo município de São José do Campos (SP). O prazo foi ampliado, de acordo com a decisão, por se tratar de uma empresa prestadora de serviços essenciais e de utilidade pública.

Normalmente, após o pagamento de indenização por desapropriação, deve haver a imediata retirada do terreno. Para a Raízen, foi estabelecido prazo de 30 dias, o que foi considerado insuficiente. Agora, com a decisão unânime da 11ª Câmara de Direito Público, a empresa tem até o dia 30 de junho para se retirar de parte do terreno, que servirá para ampliar uma avenida na cidade e para a colocação de uma rotatória no local.

Na decisão (agravo de instrumento nº 2247843-16.2018.8.26. 0000), o relator, desembargador Marcelo L. Theodósio, destaca que, "de fato, se revela irrazoável o prazo de 30 dias para a remoção de todos os seus equipamentos". Ele cita, em seu voto, precedente no mesmo sentido do desembargador Oscild de Lima Júnior, que também compõe a 11ª Câmara, que concedeu 90 dias a mais de prazo para a posse de um imóvel.

Em casos de desapropriação, a defesa por parte do dono do imóvel é muito limitada, segundo o advogado Helder Moroni Câmara, do PMMF Advogados. Uma vez pago valor de avaliação do imóvel, ou seja, a indenização prévia, acrescenta, o ente público deve imediatamente ter a posse do bem.

Porém, afirma o advogado, a decisão do TJ-SP admitiu que existem exceções. "Em algumas situações, como a que demonstramos, são necessários prazos maiores para que sejam feitas todas as adaptações na estrutura da empresa", diz.

A defesa da Raízen argumentou que esse prazo tem que respeitar o princípio da proporcionalidade, previsto na Constituição Federal. "O Estado tem o direito de tomar o patrimônio privado. Mas não pode fixar um prazo que prejudique a empresa", afirma Câmara.

A decisão, de acordo com o advogado, é um precedente importante. Ainda assim, acrescenta, deve ser apresentado recurso para pedir que o prazo não seja predeterminado como uma data limite. "A empresa não se nega a entregar parte do seu terreno, mas precisa fazer isso em um prazo possível e depende de autorizações do próprio município para alterar sua estrutura", diz

Procurado pelo **Valor**, o município de São José dos Campos informa, por meio de nota, que "há tratativas de acordo com a empresa para que a prefeitura possa adentrar em parte do terreno até o início de maio". Segundo o município, "esse acordo é um passo importante para a construção da Rotatória do Gás, no Jardim Americano, na região leste de São José dos Campos".

A nota ainda afirma que essas tratativas não afetam o cronograma de entrega da obra viária, que acontece no entroncamento da avenida Tancredo Neves com a estrada do Cajuru. Ainda de acordo com o texto, "vencedora da concorrência pública, a empresa Engetec tem prazo até maio de 2020 para conclusão da obra. O investimento total é de R\$ 13,17 milhões".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Carro | Do Rio

Título: RJ prepara contestação a cláusulas em operação de crédito

O governo fluminense reúne argumentos jurídicos para contestar cláusulas que considera abusivas em contratos que permitiram ao Estado antecipar - em valores líquidos - R\$ 10,3 bilhões em receitas futuras de royalties do petróleo desde 2013. Os contratos assinados até agora afetam o fluxo de royalties e participações especiais que o Estado do Rio de Janeiro tem a receber até 2027.

Ao todo, o governo estadual abriu mão de R\$ 11,15 bilhões em receitas de royalties para honrar pagamentos assumidos com instituições nacionais e internacionais, entre 2014 e 2018, de acordo com dados compilados pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ).

"É isso que a gente busca: uma renegociação dos termos contratuais [no próximos meses]", diz o secretário de Fazenda do Rio, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho. "Estamos procurando uma solução juridicamente sustentável para questionar cláusulas do contrato."

Já renegociado cinco vezes no governo de Luiz Fernando Pezão, o contrato a que Carvalho se refere permitiu a captação no exterior de US\$ 3,7 bilhões em três operações financeiras lastreadas por papéis criados a partir da securitização (conversão em títulos) do fluxo futuro de royalties. "A taxa original [de juros] de uma das tranches era de 6,25% [ao ano] e foi a mais de 9%", explica o secretário estadual de Fazenda.

O aumento - esclarece Carvalho - está diretamente ligado a cláusulas que visam a dar segurança aos investidores com relação ao fluxo de pagamentos previsto

em contrato. "Não vamos quebrar acordo", afirma o secretário estadual da Casa Civil do Rio de Janeiro, José Luís Zamith. "O que podemos fazer é ir à arbitragem e contestar algumas cláusulas." Pelos termos do contrato, quaisquer questionamentos só podem ser feitos a uma corte arbitral pré-determinada.

Nas captações lastreadas em royalties feitas pelo Rio no exterior há uma série de "gatilhos" relacionados à capacidade de pagamento do Estado, medida neste caso pela índice de cobertura da dívida - a proporção entre a receita total de royalties e os valores pagos aos credores.

Entre junho de 2014 e março de 2016, a cotação do barril de petróleo do tipo Brent despencou de US\$ 106,77 para US\$ 36,42. O declínio nos preços do produto acabou por reduzir a receita de royalties e participações especiais do Estado, levando a duas quebras de contrato, em setembro de 2015 e em março do ano seguinte. Os defaults acarretaram o encarecimento do contrato, com a cobrança de juros mais elevados.

Determinado a manter em aberto a possibilidade de fazer novas captações usando a estrutura legal e financeira que já havia constituído, o governo fluminense renegociou os termos do contrato com investidores estrangeiros ainda em 2015, a um custo para os cofres estaduais de R\$ 912 milhões, conforme levantamento do Grupo de Atuação Especializada no Combate à Sonegação Fiscal e aos Ilícitos contra a Ordem Tributária (Gaesf), do MPRI.

"Faltou transparência ao longo das operações financeiras", critica Vinicius Cavalleiro, coordenador do Gaesf. "Houve diversos custos além do previsto para a manutenção da higidez do contrato", acrescenta o promotor, referindo-se à tentativa do governo do Estado de evitar que os empréstimos fossem considerados em default.

Cavalleiro sustenta que o governo fluminense criou toda uma estrutura - inclusive com abertura de uma sociedade de propósito específico sediada em Delaware, nos Estados Unidos - para que fossem feitas sucessivas operações de antecipações de recebíveis lastreados em royalties "sempre que o Estado quisesse". "Só não aconteceram mais por força da conjuntura macroeconômica", afirma.

Em dificuldade para custear o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (Rioprevidência), o governo fluminense recorreu ainda em 2013 a operações financeiras com o Banco do Brasil (R\$ 1 bilhão) e a Caixa Econômica Federal (R\$ 2,3 bilhões). Em ambos os casos, os pagamentos eram feitos com recursos de royalties, num cronograma que se estendia até 2025.

Em junho de 2014, já com autorização da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Estado do Rio conseguiu captar no exterior US\$ 2 bilhões. E, em outubro daquele ano, mais US\$ 1,1 bilhão foi arrecadado. A operação mais recente, no valor de US\$ 600 milhões, aconteceu no ano passado.

"A operação de 2018 só pôde ser realizada devido à renegociação do contrato [original]", diz o deputado estadual Flavio Serafini (PSOL), presidente da CPI do Rioprevidência na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. "Se antes o patamar de juros estava mais ou menos dentro do que se pratica no mercado internacional, hoje está num patamar lesivo aos cofres públicos."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: Remendos nos estragos do mercado do diesel

Seis dias após a desastrada intervenção do presidente Jair Bolsonaro nos preços do óleo diesel, o governo se mobilizou para recompor o vaso quebrado. Mas algumas questões de fundo permanecem intocadas. Ficou firmado o princípio de que cabe apenas à Petrobrás a definição dos preços dos derivados destinados ao mercado interno. E, para evitar a chantagem dos caminhoneiros, o governo montou um pacotinho de bondades a eles destinados: uma linha de crédito de R\$ 500 milhões com o BNDES para financiamento da compra de pneus e de peças de reposição, certa desburocratização dos trâmites que autorizam o transporte de cargas e a criação de novas regras para formação dos fretes.

Outro acerto que poderia, a médio prazo, atender às reclamações da categoria é canalizar ao Ministério da Infraestrutura mais R\$ 2 bilhões para pavimentação e reparo das rodovias mais rodadas no transporte de cargas. O governo reconheceu que não pode decretar preços irrealistas, mesmo em se tratando de produtos de primeira necessidade. Pareceu ter entendido que uma política econômica que pretende ser liberal não pode descambar para intervencionismos, sob pena de criar devastadora fonte de incertezas. Mas o conserto não foi providenciado apenas para garantir coerência de princípios e a permanência do "Posto Ipiranga" no comando da economia.

O tabelamento dos preços dos combustíveis produziria distorções: corrosão do caixa da Petrobrás; fuga de potenciais interessados na compra de ativos da petroleira; estímulos artificiais a aproveitadores que comprariam combustíveis a preços mais baixos no mercado interno para exportá-los por preços de mercado; e retardamento da correção dos desequilíbrios de mercado, na

medida em que impediria a retirada dos transportadores ineficientes. Da Petrobrás ainda foi reclamada maior transparência na definição de preços. Esta não é exigência adequada, por duas razões. Primeira, porque num mercado de preços livres, de nenhuma empresa se pede satisfação pelos preços praticados.

Segunda, porque qualquer critério sujeito a algoritmos ou fórmulas matemáticas pode ser objeto de questionamentos, se não por outra razão, porque atropela a lei maior: a da oferta e da procura. Os caminhoneiros têm agora motivos extras para reclamar do cala-boca proporcionado pelo governo. Nesse campo, os erros se acumulam. Se é para atender com políticas públicas aos interesses da corporação, essas compensações serão sempre insatisfatórias. A realidade é mutante. Os custos podem aumentar ou cair, como acontece com as cotações internacionais do dólar e do petróleo (veja o gráfico). A causa maior do descontentamento é a de que há caminhões demais para cargas de menos a transportar, desequilíbrio que não tem correção fácil.

Não é só a alta do diesel que atormenta os caminhoneiros, de bolso cada vez mais ralo. É a economia que empacou e é o desemprego que hoje atinge 13 milhões de trabalhadores no País. O compromisso do governo de atualizar a tabela de fretes é outro despropósito. É nova interferência nos preços, sempre questionável. E, não menos importante, a economia ficou refém do escoamento rodoviário de mercadorias porque, para beneficiar as montadoras, outras modalidades de transporte (como ferrovias, hidrovias e dutos) foram relegadas ao quase abandono nos últimos 50 anos. O ministro Paulo Guedes tem razão quando afirma que não existiria o problema se a Petrobrás tivesse concorrência. Esta é a principal razão pela qual é preciso construir novas refinarias a serem conduzidas por outras empresas.

Mas não haverá interessados para elas se os preços dos combustíveis voltarem a ser tabelados por canetadas presidenciais. No mais, trincas na confiança não podem ser consertadas com cola-tudo. Se, na falta de convicção e de estratégia, o governo está propenso a recorrer a casuísmos, outros casuísmos desastrados podem acontecer.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Luciana Dyniewicz

Título: De olho em eleição, Macri congela preços

Pacote tenta conter inflação, que chegou a 54,7% em 12 meses, e aumentar consumo; cesta básica não terá reajuste até cinco dias antes do pleito

Em uma tentativa de chegar com maior popularidade às eleições de outubro, o presidente da Argentina, Mauricio Macri, anunciou ontem um pacote econômico que inclui medidas que eram adotadas por sua antecessora, Cristina Kirchner, e criticadas por sua própria equipe. Macri fechou acordo com empresas para que os preços de 60 produtos da cesta básica não aumentem até 22 de outubro, cinco dias antes do pleito. O presidente também congelou as tarifas de Energia, gás, transporte público e pedágios – as altas que estavam previstas serão absorvidas pelo governo, em um modelo parecido ao kirchnerista.

O anúncio foi feito um dia após a inflação de março ser divulgada. No mês, os preços no país subiram 4,7%, puxados por educação (17,9%), roupas e calçados (6,6%) e alimentos (6%). O número fez com que a inflação nos últimos 12 meses chegasse a 54,7%. Na tentativa de suavizar esse indicador, recargas de celulares pré-pagos não sofrerão alterações até setembro e o gás terá um desconto de 22% durante o inverno, além de 60 produtos serem incluídos no programa "Preços Cuidados" – criado na gestão Kirchner para segurar a inflação artificialmente e que nunca foi completamente abandonado por Macri. Hoje, 579 itens fazem parte do programa e são vendidos com um desconto médio de 25%.

Além de tentar reduzir a inflação até as eleições, o presidente de centro-direita procura impulsionar o consumo, que caiu 8,7% em março. Para isso, foram adotadas medidas como descontos de 10% a 25% para 18 milhões de aposentados e pensionistas na compra de alimentos, roupas, viagens, eletrodomésticos e materiais de construção. Ainda serão concedidas a esse público linhas de crédito com juros mais baixos. O modo como o anúncio foi feito causou estranhamento. Macri divulgou nas redes sociais um vídeo em que visita uma família que reclama das dificuldades econômicas. O presidente conta, então, o pacote preparado por seu governo. "São medidas que adotamos para gerar um alívio no curto prazo", diz no vídeo.

Para o ex-presidente do Banco Central argentino Martín Redrado, as políticas anunciadas são "improvisadas" e refletem a falta de um plano econômico. "O pacote é um 'band-aid' que não resolve os problemas, uma ponte para tentar chegar às eleições com tranquilidade. Não há um programa econômico, mas medidas emergenciais que postergam a crise para depois de 10 de dezembro (data de posse do presidente que será eleito em outubro)." O economista-chefe do BTG Pactual na Argentina, Andrés Borenstein, afirma, porém, que esse plano pode reativar o consumo no curto prazo. "Estão tentando melhorar o humor da sociedade, que não é dos melhores." Apesar de acreditar que o gasto das famílias deve aumentar com as medidas, Borenstein não prevê um impacto suficiente para alterar sua projeção de PIB.

O BTG estima queda de 0,5% na economia em 2019 e uma inflação entre 37% e 38%. Segundo o economista Martín Kalos, da consultoria EPY-CA, o pacote vai contra o programa de ajuste fiscal ao qual a Argentina se submeteu para receber, no ano passado, socorro do Fundo Monetário Internacional (FMI). "Tem um subsídio a serviços como transporte. É um gasto extra que afasta da meta fiscal." O governo, no entanto, anunciou que fará cortes em outras rubricas orçamentárias, sem explicitar quais. Política monetária. Na terça-feira, após divulgação da inflação oficial, o Banco Central também adotou novas medidas para segurar os preços: impôs um teto para o peso até o fim do ano, já que a desvalorização contínua da moeda tem pressionado a inflação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/04/2019

Seção: Mercado

Autor: DENISE LUNA, DIDA SAMPAIO, TÂNIA MONTEIRO, ADRIANA FERNANDES, NAIRA TRINDADE E VINICIUS NEDER.

Título: Petrobrás eleva preço do diesel em 4,8%

Após impasse causado por Bolsonaro, alta foi vista como vitória da equipe econômica

Seis dias após suspender o reajuste de 5,7% no preço do diesel a pedido do presidente Jair Bolsonaro, a Petrobrás anunciou ontem um aumento de R\$ 0,10 por litro, uma alta 4,8% na média. O novo valor, que começa a valer hoje, levará o preço a R\$ 2,247 nas refinarias. A manutenção da atual política de reajustes de preços da petroleira foi considerada na Esplanada uma vitória da política liberal defendida pelo ministro da Economia Paulo Guedes sobre o impulso intervencionista do presidente.

Segundo fontes que acompanharam a reunião de Bolsonaro, na terça-feira, com Guedes, o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, e outros ministros, foi uma "conversa franca, sincera e compreendida", em que o presidente insistiu que não gostaria de aumentar o preço do diesel, mas terminou por entender por que os preços precisavam subir. "Estou aqui pra escutar", afirmou o presidente ao abrir o encontro. Depois de ser apresentado à metodologia do reajuste, deu carta branca à estatal: "Eu não quero saber quanto e quando vai ser dado (o reajuste)", teria afirmado.

Horas antes do anúncio oficial do aumento do preço, o assunto era tratado no grupo de WhatsApp "Equipe Econômica", do qual participam pesos-pesados do ministério, incluindo presidentes de bancos públicos. O Estado flagrou Guedes conversando sobre o tema durante a "Cantata de Páscoa" no Palácio do Planalto, promovida por Bolsonaro. O presidente do Banco do Brasil, Rubem

Novaes, defendeu no grupo a privatização irrestrita para evitar situações como essa. "Se a Petrobrás fosse privada, em um ambiente de competição, toda esta celeuma em torno do preço do diesel não aconteceria", afirmou.

Ele disse que encaminhou a mesma mensagem a Bolsonaro. "Ele precisa perceber que a vida dele seria bem melhor se privatizasse tudo em um ambiente competitivo". No grupo do WhatsApp, Novaes foi além e incluiu na defesa o próprio banco que administra. "Vale também para o BB, obviamente, pois é constante a choradeira nos ouvidos do presidente por questões relacionadas ao banco". Bolsonaro já se manifestou contrário a privatização do BB e da Petrobrás. Ontem, o presidente da petroleira criticou, em entrevista coletiva, o monopólio de mercado da Petrobrás no refino. Castello Branco afirmou que irá apresentar a proposta de venda de refinarias à diretoria executiva e depois ao conselho.

"A venda das refinarias vai mostrar que a companhia não vai ter interferência externa", disse. Costura. A "solução de mercado" para o impasse na Petrobrás foi costurada por Guedes. O ministro tenta encontrar alternativas para aliviar o preço dos combustíveis mudando a tributação, que representa 46% no valor do diesel. Ele também avalia que é preciso melhorar os mecanismos de reajustes da petroleira, mas esse trabalho deve ser conduzido pela empresa. Castello Branco garantiu ontem não ter planos de mexer na política de formação de preços da Petrobrás. Segundo ele, a intenção é sempre buscar a paridade com os preços internacionais, embora a possibilidade de mudar a periodicidade não esteja descartada. Guedes já manifestou que apoia a ideia de reajustar os valores mensalmente considerando uma média móvel de um determinado período.

Greve. A determinação de Bolsonaro para sustar o reajuste foi uma tentativa de evitar uma nova greve dos caminhoneiros, que no ano passado paralisou o País. Segundo Castello Branco, a companhia nada perdeu com o adiamento do reajuste, em função do uso de mecanismos de "hedge" – instrumentos financeiros que protegem as empresas de variações de custos. O executivo creditou a magnitude menor do reajuste dado ontem em comparação à queda no custo com frete para importar o combustível. "O frete marítimo caiu e, por isso, o aumento foi menor do que o anunciado (na semana passada), de 5,7%".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/04/2019

Seção: Política

Autor:

Título: Governo espera R\$ 106 bi com megaleilão

O governo definiu em R\$ 106,561 bilhões o valor que do bônus de assinatura que será pago pelas empresas vencedoras do megaleilão de petróleo marcado para 28 de outubro, informou ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes, depois da reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

O bônus de assinatura é um valor fixo que será pago ao governo por quem vencer o leilão para ter o direito de explorar o petróleo nos próximos 35 anos. Além desse valor, as empresas terão que dar um parcela mínima de óleo explorado para o governo – entre 19,82% a 27,65%. Serão leiloadas quatro áreas: Atapu, Búzios, Itapu e Sépia. Vence quem oferecer maior parcela de óleo para o governo. A Petrobrás tem direito de preferência, o que significa que, se ela quiser, ela poderá ser sócia com pelo menos 30% em cada área. A empresa terá 30 dias para informar se exercerá esse direito de preferência.

A estimativa da Agência Nacional de petróleo (ANP) é que tenha de 6 a 15 bilhões de barris de petróleo na área a ser leiloadas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/04/2019

Seção: Política

Autor: Lorena Rodrigues/BRASÍLIA

Título: Até R\$ 6 bi do pré-sal podem ser antecipados

Se reforma "andar bem", dinheiro pode chegar antes para Estados, diz Guedes

O governo estuda antecipar recursos que serão recebidos com o leilão de excedente da cessão onerosa para Estados e municípios se houver indicação que a reforma da Previdência será aprovada. Em mais um aceno para angariar o apoio de governadores e prefeitos para a reforma, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que uma das linhas que o governo trabalha para ajudar os governos regionais é antecipar esses recursos.

"Estamos falando de, no mínimo, R\$ 4 bilhões podendo chegar a R\$ 6 bilhões uma possível antecipação da cessão onerosa. Depende da capacidade de aprovação das reformas", afirmou, após participar de reunião com senadores.

Neste mês, depois de seis anos de negociação, a União fechou os termos da revisão do contrato com a Petrobrás e pagará US\$ 9,058 bilhões à estatal, aproximadamente R\$ 33,6 bilhões. Em 2010, a União e a Petrobrás assinaram o acordo da "cessão onerosa", que permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris de petróleo na bacia. À época, a Petrobrás pagou R\$ 74,8 bilhões. A estimativa do governo federal, porém, é que a área pode render mais 6 bilhões de barris, e,

diante disso, a União pretende fazer um megaleilão do volume excedente, o que poderia render até R\$ 106 bilhões. O leilão está marcado para o fim de outubro.

Ajuda. Guedes disse que só pode fazer "movimentos" de ajuda aos governadores se tiver garantia de que as reformas serão aprovadas. "Sem as reformas, a União também está em dificuldades, e aí é um abraço de afogados, vai ajudar Estados e municípios como?", afirmou. "Estamos estudando isso e já guardando recursos da cessão onerosa para liberar caso a coisa indique que será tudo aprovado."

O ministro disse que essa linha é paralela ao Plano de Reequilíbrio Financeiro, chamado de "Plano Mansueto", que está sendo preparado pela Economia e que prevê aval do Tesouro para empréstimos aos Estados em troca de ajustes nas contas. Esse plano de socorro é destinado para Estados que não estão muito endividados, mas que enfrentam problemas de caixa para pagar salários de funcionários e fornecedores. É o caso, por exemplo, de Goiás, Rio Grande do Norte, Roraima e Mato Grosso do Sul.

Guedes ressaltou que as previsões para os próximos 20 a 30 anos falam de até R\$ 1 trilhão arrecadados com petróleo. "Daí a delicadeza desse assunto de preços da Petrobrás. Na hora que você tem os preços livres, os recursos vêm", completou. Guedes repetiu que a ideia é repassar aos Estados 70% dos recursos que serão arrecadados com o pré-sal nos próximos anos. "Quando você aprova a reforma da Previdência, clareia o horizonte fiscal, você sabe que vai ter crescimento, sabe que o petróleo vai sair do chão. Aí podemos antecipar recursos."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decleodt, Fernanda Guimarães

Título: Venda da TAG faz Petrobrás segurar emissão de dívida

Coluna do broadcast

A Petrobrás manterá por mais algum tempo no forno uma emissão de debêntures, que poderia alcançar R\$ 3 bilhões, e estava sendo discutida com os bancos assessores. O motivo é a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) em acordo fechado no início de abril com o grupo Engie, conjuntamente ao fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ), por US\$ 8,6 bilhões. Apesar de segurar por algum tempo a emissão, a expectativa do mercado é que a nova oferta de debêntures da petroleira estatal ocorra ainda no primeiro semestre de 2019. Os bancos envolvidos na operação são os

mesmos da operação realizada em janeiro: Bradesco BBI, Itaú BBA, BB – Banco de Investimento e Santander Brasil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/04/2019

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Reajuste divide caminhoneiros e parte da categoria ameaça greve

Ala mais radical articula paralisação nos próximos 10 dias, já que preço do frete continua igual e os custos estão em alta

O anúncio da alta do diesel ontem à noite foi mais um revés sofrido pelos caminhoneiros nesta semana. Depois do pacote de medidas que frustrou a categoria, a decisão da Petrobrás de elevar em R\$ 0,10 o litro do diesel deixou os motoristas divididos. A ala mais radical já se articula para uma paralisação nos próximos dez dias. Mas também há a turma do "deixa disso" e que prefere esperar mais. O caminhoneiro Wanderlei Alves, conhecido como Dedeco, diz que não tem outra alternativa a não ser decretar uma greve. "O governo pagou para ver. Agora só estamos vendo a data, mas será em menos de dez dias."

Ele destaca que a conta não fecha já que o preço do frete continua igual e os custos, subindo. Para quem gasta 10 mil litros de diesel, o aumento de ontem representa R\$ 1 mil no bolso do caminhoneiro, como é o caso de Dedeco. "O governo insiste em tratar do setor com quem não tem caminhão", critica Dedeco, uma das lideranças nacionais. Em mensagem enviada ao ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, o caminhoneiro Josué Rodrigues, um dos líderes na Região Norte, também ameaça nova greve para o mês que vem caso o preço não seja congelado e o tabelamento do frete não seja respeitado.

"Se não fizer valer o piso mínimo do frete, nós vamos parar, não tem jeito. Se não agir antes do dia 21 de maio vai ter uma paralisação sangrenta, pode ter certeza." Outros representantes, no entanto, tentam apaziguar a situação. Alguns não acreditam em nova paralisação por causa da situação financeira precária da categoria. "Está todo mundo quebrado", afirma Bruno Tagliari, uma das lideranças do Sul. Ele afirma que, no seu caso, se fizer uma paralisação não conseguiria pagar a despesa fixa, de R\$ 6 mil por mês. Mas, apesar da frustração, também há boa vontade por parte por parte dos caminhoneiros em dar mais tempo para o novo governo, afirma Ivar Luiz Schmidt, um dos líderes do Comando Nacional do Transporte (CNT) no Nordeste.

A maioria votou em Jair Bolsonaro para presidente, e ainda espera que ele faça alguma coisa pelos motoristas. Mas paciência tem limite, avisam os

caminhoneiros nas redes sociais. Dentro dos grupos de WhatsApp, as medidas dos últimos dias são vistas como resultado da fragilidade da categoria, que não se valoriza. Outra reclamação tem sido latente entre eles: a insatisfação quanto à representatividade da categoria em Brasília. Muitos tentam se articular para conseguir colocar outras lideranças no Planalto e emplacar as reais reivindicações. Wallace Landim, o Chorão, que já não era unanimidade, hoje vive momento de rejeição. / COLABOROU FELIPE FRAZÃO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/04/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: O presidente 'entendeu'

O presidente Jair Bolsonaro mandou dizer, por intermédio de seu porta-voz, Otávio Rêgo Barros, que “não quer” e “não pode” intervir na política de preços da Petrobrás. A declaração foi dada depois de reunião convocada pelo presidente para ser “convencido” da necessidade do aumento de 5,7% do preço do óleo diesel, anunciado pela Petrobrás na semana passada e suspenso por ordem de Bolsonaro.

Participaram da reunião, entre outros, o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, segundo quem Bolsonaro “entendeu” os esclarecimentos e também a necessidade de manter a Petrobrás livre de pressões políticas sobre seus preços.

O problema é que o próprio ministro Guedes, ao tentar explicar as razões pelas quais o presidente interveio em decisões da Petrobrás, admitiu que essas pressões vão continuar. “Acho que o presidente da República tem uma preocupação maior do que apenas a preocupação do mercado. Tenho que reconhecer que o presidente representa 200 milhões de pessoas e que ele pode estar preocupado com uma greve”, disse o ministro, referindo-se à ameaça de paralisação dos caminhoneiros por conta do aumento do preço do diesel, entre outros motivos.

“A preocupação do presidente é legítima”, acrescentou Guedes. Não se discute que a ameaça de uma nova paralisação dos caminhoneiros é um problema político e econômico de consideráveis dimensões. No ano passado, em maio, uma greve desses motoristas bloqueou estradas, causou severa crise de desabastecimento e prejudicou a economia.

É preciso salientar, contudo, que o movimento dos caminhoneiros só ganhou força e agora se sente à vontade para chantagear a Petrobrás e o País porque o

governo anterior fez demasiadas concessões para suspender a paralisação. Além de subsidiar o preço do diesel, o governo prometeu tabelar os valores mínimos para o frete, agredindo a economia de mercado e a livre-iniciativa – inscritas na Constituição. Tudo isso enquanto caminhoneiros barbarizavam País afora, sem serem incomodados pelos agentes da lei e da ordem.

Mas as concessões parecem não ter sido suficientes, pois os caminhoneiros, agora convencidos de sua força, tornaram a ameaçar o País com uma nova greve. As lideranças desse movimento estão confiantes porque enxergam no presidente Bolsonaro um aliado. Recorde-se que Bolsonaro apoiou publicamente a criminosa paralisação do ano passado, e os caminhoneiros retribuíram esse apoio pedindo votos para o então candidato.

Bolsonaro já deixou claro que se sente comprometido com os caminhoneiros, de cujas reivindicações prometeu cuidar com “carinho”. Com esse objetivo, o governo anunciou anteontem um pacote destinado a satisfazer os caminhoneiros. Entre as medidas estão a liberação de uma linha de crédito para a manutenção dos caminhões, a conclusão de obras em estradas e a construção de postos de parada para descanso e higiene dos caminhoneiros.

Além disso, o governo promete instituir o “cartão caminhoneiro”, para “congelar” o preço do diesel no momento da compra, e fala em concluir estudos para estabelecer uma tabela do frete, já que a tabela instituída pelo governo anterior enfrenta questionamentos na Justiça. Mas os caminhoneiros não ficaram satisfeitos com isso, e por uma razão simples: com a economia em marcha lenta, houve queda acentuada nos negócios, e não há carga suficiente a ser transportada. “Pode colocar pneu novo, motor novo, mas, se não tiver carga para carregar, não adianta nada. A economia precisa melhorar”, disse um caminhoneiro.

Ou seja, os motoristas enfrentam um revés típico de uma economia de livre mercado: o ganho cai quando há muita oferta e pouca demanda. A não ser que o governo acredite ser possível abolir por decreto as leis de mercado, o problema dos caminhoneiros – bem como de qualquer outro setor da economia – não será resolvido numa canetada voluntarista. Segundo o ministro Guedes, o presidente Bolsonaro “entendeu” como essas coisas funcionam. Esperamos que sim.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/04/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: A crise ignorada por Bolsonaro

Travada pela insegurança de empresários e consumidores, a economia cresceu apenas 1,1% nos 12 meses terminados em fevereiro, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Inicialmente medíocre, esse foi o ritmo de expansão registrado em 2017 e repetido em 2018, os dois primeiros anos depois da recessão. Ainda sem sinal de melhora a curto prazo, o ritmo se manteve no primeiro bimestre, com resultados muito ruins na maior parte das atividades. Nesta altura, no entanto, é preciso ser muito generoso para ainda classificar apenas como medíocre o desempenho econômico do Brasil.

Se o presidente Jair Bolsonaro pelo menos mostrasse alguma preocupação diante desse quadro, seria mais fácil acreditar numa rápida mudança. Mas deve sobrar pouco tempo para isso, quando o presidente da República se dedica a intervir na gestão da Petrobrás e a mimar os líderes de uma categoria descontente com as condições de mercado – a dos caminhoneiros (ver abaixo o editorial O presidente ‘entendeu’). Quem estará contente? Mais atenta que seu chefe às precárias condições do País, a equipe econômica estima em apenas 2,2% o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano.

Essa estimativa é pouco melhor que a do mercado, inferior a 2%. Os números conhecidos ou estimados até agora tornam muito difícil projetar um resultado muito melhor que o do ano passado. Em fevereiro a atividade foi 0,4% inferior à de janeiro, segundo o Monitor do PIB elaborado pela FGV. Construído mensalmente e bastante detalhado, esse indicador tem antecipado com notável aproximação as contas nacionais divulgadas a cada trimestre pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A queda do PIB em fevereiro reflete o mau desempenho dos três grandes setores produtivos – indústria, agropecuária e serviços. De acordo com as séries do Monitor, houve recuos de 0,4% na agropecuária e de 0,1% na indústria e estabilidade nos serviços, na passagem de janeiro para o mês seguinte.

Quando se decompõe o setor industrial, encontram-se um pequeno crescimento (de apenas 0,1%) na indústria de transformação e uma queda de 10,6% na de extração mineral. Este último dado é claramente explicável pelo desastre da Vale em Brumadinho. Mesmo com um desempenho normal no segmento extrativo, no entanto, o conjunto ainda seria ruim, com números abaixo de medíocres na indústria de transformação e pouca ou nenhuma melhora no emprego e no consumo. O quadro continua pouco animador quando se consideram períodos mais longos.

O resultado é nulo quando se compara o trimestre móvel terminado em fevereiro com o de setembro-outubro-novembro. O confronto com igual trimestre de um ano antes mostra um PIB apenas 1% maior, com aumento de 1,2% na agropecuária e de 1,5% nos serviços e recuo de 0,5% na indústria. A fraqueza da indústria de transformação, com recuo de 1,1% nesse confronto, é

especialmente preocupante. As fábricas são muito importantes para a geração de empregos de qualidade e para a transmissão de estímulos e de tecnologia a outros setores e segmentos de atividade.

O presidente, no entanto, tem mostrado pouca sensibilidade a considerações desse tipo e a preocupações com a qualidade do crescimento econômico e do emprego gerado. Se fosse mais sensível a esse tipo de problema, talvez se dedicasse mais às tarefas necessárias para destravar o consumo, a produção, o investimento e a contratação de mão de obra. Cuidar mais seriamente da aprovação da reforma da Previdência seria uma dessas tarefas.

Isso envolveria um interesse maior pela consolidação e pela coordenação de uma base de apoio no Parlamento. Enquanto o projeto mais urgente do governo continua quase travado na Comissão de Constituição e Justiça, por falta de ação de uma base sólida e minimamente coordenada, pioram as expectativas em relação à economia. Nem a equipe econômica projeta algo além da mediocridade até 2022, fim deste mandato presidencial, como evidenciou o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Alguém terá falado sobre esse projeto ao presidente Bolsonaro?

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Presidente quer liberação até maio de linha de Roraima

Brasília - O presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou nesta quarta-feira (17) que a questão das autorizações para a construção do linha de transmissão de Energia elétrica que liga Roraima ao sistema nacional de Energia terá de ser resolvido de qualquer forma até maio deste ano.

Em uma transmissão nas redes sociais com indígenas de várias etnias, Bolsonaro afirmou que a questão ambiental da obra está resolvida e só resta agora a questão indígena para pôr fim ao impasse.

"E tenho certeza de que [o problema] não é do índio", disse o presidente.

Bolsonaro lembrou que o linha está há seis anos para ser construído e, com o colapso da Energia na Venezuela—que abastecia Roraima— está se gastando agora 1,1 milhão de litros de diesel por dia para manter as termelétricas que estão garantindo a Energia no estado.

Roraima é o único estado que não está integrado ao sistema nacional de Energia e tem de importar Energia da Venezuela, que vive constantes crises de apagões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Bernardo Caram

Título: União avalia antecipar recursos do petróleo para os estados

Brasília - Em mais uma tentativa de atrair o apoio de governadores para a aprovação da reforma da Previdência, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quarta-feira (17) que a União estuda antecipar aos estados recursos que o governo terá no futuro, a partir de projetos de exploração de petróleo.

Guedes ressaltou que a ajuda financeira para os governos regionais só será autorizada pela União depois que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que endurece as regras da aposentadoria forem aprovadas pelo Congresso.

De acordo com o ministro, o governo federal já está "guardando recursos" para chegar a um montante entre R\$ 4 bilhões e R\$ 6 bilhões que seriam pagos aos estados como forma de antecipar uma arrecadação futura proveniente da chamada cessão onerosa.

Guedes não informou qual será a fonte de recursos. Hoje, a União vive um aperto fiscal e está com parte do Orçamento bloqueado, com impedimento inclusive para pagar emendas parlamentares.

"Nós estamos estudando a antecipação de uma possível cessão onerosa porque depende da capacidade de aprovação das reformas. Sem as reformas, a União também está em dificuldade, e aí é um abraço de afogados", afirmou.

O contrato da cessão onerosa foi assinado em 2010 entre União e Petrobras e dá à companhia o direito de produzir até 5 bilhões de barris de óleo equivalente na região do pré-sal definida pelo contrato.

Mas, ao longo dos anos, foram identificados volumes muito maiores de reservas nessas áreas, que o governo quer leiloar. Com a redefinição do contrato que rege o acordo, anunciada neste mês, o governo viabiliza um megaleilão de petróleo, marcado para 28 de outubro.

A antecipação de recursos seria um aceno de curto prazo a governadores que enfrentam dificuldades. Para o futuro, Guedes já prometeu que enviará ao

Congresso uma proposta para dividir até 70% dos recursos da exploração de petróleo no pré-sal com estados e municípios.

O ministro participou de reunião nesta quarta com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e outros senadores.

Após o encontro, disse que os recursos se somarão a outras medidas que vão compor o chamado plano de equilíbrio financeiro dos governos regionais. O pacote libera de empréstimos com aval da União para estados que impedidos de fazer essas operações.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que, a partir da próxima semana, o Legislativo e técnicos do governo vão iniciar uma discussão sobre um novo pacto federativo, prevendo nova repartição dos recursos públicos.

Em outras ocasiões, Guedes defendeu que uma proposta desse tipo pode trazer uma ampla desvinculação do Orçamento, com uma divisão que dê aos estados e municípios uma fatia maior dos recursos.

Nesta quarta, ele não deixou claro se um projeto nesse sentido será apresentado: "Já temos o projeto e eles vão calibrar. Temos os princípios de desvinculação, de descentralização de recursos, mas quem calibra quanto fica com estados e municípios, quanto fica com o governo federal é a classe política. Vamos trabalhar isso juntos", disse Guedes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/04/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Ouvido na pista

Bolsonaro anuncia medidas pouco promissoras para contentar os caminhoneiros, cujos pleitos têm merecido atenção desproporcional do governo

Se o país continua refém de chantagens dos caminhoneiros, em parte isso se deve à colaboração primordial de Michel Temer (MDB), sucedida agora com gosto demagógico por Jair Bolsonaro (PSL), que ainda candidato batia palmas para o movimento que quase asfixiou o país em 2018 e rebaixou ainda mais o crescimento econômico.

Por fraqueza política, num caso, ou alinhamento oportunista, no outro, a cumplicidade dos presidentes contribui para o sequestro da razão, econômica ou política.

Os caminhoneiros decerto enfrentam problemas graves — como tantos outros brasileiros vítimas de desemprego ou declínio de empreendimentos. Medidas capazes de proporcionar alívio ao setor de transporte de cargas podem ser bem-vindas, desde que não prejudiquem o interesse público.

O bem-estar geral, entretanto, não esteve em questão desde que um líder da categoria, Wallace Landim, ou Chorão, teve portas abertas para levar suas reivindicações à Casa Civil do ministro Onyx Lorenzoni. Que outros movimentos sindicais ou sociais teriam acesso tão franco ao Planalto?

Bolsonaro e Lorenzoni engoliram sem mais as ameaças de uma nova paralisação. Ao suspender o reajuste do preço do óleo diesel, o presidente novamente demonstrou suas deficiências em capacidade política e administrativa.

Não foi surpresa, diante da péssima repercussão da medida, o recuo desta quarta-feira (17), quando se anunciou majoração apenas um pouco menor. Acumulou-se apenas desgaste desnecessário, pois.

Um dia antes, houve tentativa pouco promissora de acalmar os ânimos. Entre outras providências de eficácia duvidosa, acenou-se com crédito de R\$ 500 milhões para a manutenção de caminhões.

Rumores sobre indexação de fretes, novos tabelamentos e supostos estudos da Petrobras a respeito de “melhoria de suas práticas” sugerem que o surto intervencionista ainda não passou.

Controles de preços desorganizam o mercado, desorientam investimentos, criam incerteza e ineficiência. Tal intervenção faz ainda menos sentido em uma administração que pretende vender estatais, em particular no setor de Energia e combustíveis.

Nas palavras do ministro Paulo Guedes, da Economia, em entrevista a esta Folha, Bolsonaro “está com o ouvido na pista”, preocupado com o risco de desabastecimento e retração econômica.

As soluções aventadas, entretanto, apenas criam novos e maiores problemas. O controle dos preços do diesel, pleito real dos caminhoneiros, teria de ser pago por toda a sociedade por meio de perdas da Petrobras ou do Tesouro Nacional.

No simulacro de negociação, a preferência do presidente e de seus aliados passa por interesse geral. Essa não deixa de ser uma definição de ideologia, expressão que o presidente emprega com tanta frequência, mas de modo equivocado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 18/04/2019****Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Petrobras anuncia aumento médio de 4,8% para o preço do óleo diesel**

Combustível terá alta de R\$ 0,10 por litro; presidente da estatal nega que tenha havido intervenção

Rio de Janeiro - Seis dias após recuar em reajuste do diesel a pedido do presidente Jair Bolsonaro, a Petrobras anunciou nesta quarta-feira (17) aumento médio de 4,8% no preço do combustível em suas refinarias. Na média nacional, a alta é de R\$ 0,10 por litro.

Nas bombas, a alta deve ser menor, já que o preço de refinaria corresponde a 54% do valor final de venda do diesel. Assim, o repasse deve ficar, em média, entre R\$ 0,05 e R\$ 0,06.

Em entrevista, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, negou ingerências políticas no comando da empresa e disse confiar que manterá liberdade para definir os preços dos combustíveis. Segundo ele, Bolsonaro não foi avisado previamente do reajuste desta quarta.

Ele frisou ainda que "por enquanto" não pensa em mudanças na política de preços, que acompanha as cotações internacionais e desde 26 de março limita reajustes do diesel a períodos mínimos de 15 dias. "Mas nada impede isso. [Não precisamos] ficar apegados a um aperiodicidade", afirmou, declarando-se contrário a reajustes diários.

O aumento anunciado nesta quarta é inferior aos 5,7% suspensos na semana passada. Segundo Castello Branco, a redução do índice foi proporcionada pela redução dos custos de frete marítimo, um dos componentes da fórmula de preços da estatal, e de ganhos com mecanismos financeiros usados para reduzir perdas com represamento de preços.

O recuo da última quinta ocorreu após telefonema de Bolsonaro a Castello Branco, horas após o aumento se tornar público. O presidente da República alegou preocupação com nova greve dos caminhoneiros e a Petrobras decidiu esperar "alguns dias", segundo informou na ocasião.

Nesta quinta, o Castello Branco defendeu que a decisão foi interna. "O presidente Bolsonaro não me pediu nada, ele me alertou sobre os riscos e eu reconheço que a preocupação dele era legítima", afirmou o executivo.

"A determinação de preços sem a consideração desses riscos deu no que deu e foi um custo muito alto para a Petrobras e muito maior para a economia brasileira. Todos nós sofremos com a greve dos caminhoneiros. Faz parte da minha atividade como administrador não só olhar para os retornos mas olhar para os riscos", alegou.

A decisão derrubou as ações da estatal na sexta (12), reduzindo em R\$ 32 bilhões o valor de mercado na bolsa, diante dos riscos de novas intervenções políticas em sua gestão. O represamento dos preços dos combustíveis durante o governo Dilma foi um dos motivos para o crescimento da dívida da empresa.

Esta semana, o governo anunciou um pacote de medidas para acalmar os caminhoneiros e escalou ministros para reforçar a independência da Petrobras na gestão dos preços dos combustíveis. Entre os transportadores, porém, as medidas foram consideradas insuficientes.

Segundo ele, o risco de greve agora é menor porque o governo já atendeu a outras demandas dos caminhoneiros, como melhorias em estradas e que o preço do diesel não é a principal queixa. "Entre 13 demandas dos caminhoneiros, o diesel é a 12ª", alegou.

O reajuste entra em vigor nesta quinta (18) e vai variar de 4,5% a 5,1%, dependendo do ponto de venda — a estatal vende diesel em 35 locais.

Castello Branco disse confiar em garantias dadas pelo governo sobre manutenção da liberdade de preços. "Não tenho nenhuma razão para não acreditar no presidente Bolsonaro. Pelo contrário, eu acredito muito nele", afirmou.

Ele defende que a companhia não teve perdas com o represamento dos preços - que estão no mesmo patamar desde o dia 22 de março - já que vem usando mecanismos de proteção financeira. Considerando a média de vendas de 2018, especialistas estimam que a empresa deixou de arrecadar cerca de R\$14 milhões.

Castello Branco disse que o episódio teve um "final feliz". "Pela primeira vez foi reafirmada a independência da Petrobras para estabelecer os seus preços de combustível. Por outro lado, foi revelado o apoio do governo ao processo de venda de refinarias", disse.

O modelo de venda ainda está sendo definido. Em 2017, a Petrobras chegou a abrir processos de venda de dois polos de refino, cada um com duas refinarias, dutos e terminais, mas as negociações foram suspensas este ano. Na avaliação da gestão da empresa, o modelo não atende aos objetivos de ampliar a competitividade no setor.

Para analistas, porém, os sinais de intervenção na estatal podem reduzir a atratividade dos ativos.

A Petrobras anunciou nesta quarta também que contratou nove bancos para conduzir o processo de venda de ações da BR Distribuidora. Ainda não foi divulgado qual será o volume vendido. Em 2017, a estatal repassou a investidores privados 18,75% do capital da subsidiária.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/04/2019

Seção: Poder

Autor: Mario Cesar Carvalho

Título: Apelido de ministro surgiu em obra 'campeã' de propina

A mensagem em que Marcelo Odebrecht chama o ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo, de “amigo do amigo de meu pai” foi escrita em julho de 2007 e faz referência a uma das obras campeãs em propina na Operação Lava Jato: a usina de Santo Antônio, com mais de R\$ 100 milhões em suborno, segundo delatores da Odebrecht e Andrade Gutierrez.

No email, Marcelo faz a seguinte pergunta a dois executivos da Odebrecht: “Afiml vocês fecharam com o amigo do amigo do meu pai?”

O amigo do pai de Marcelo, Emilio Odebrecht, era Lula, segundo a delação da companhia. Toffoli, diz Marcelo, então chefe da AGU (Advocacia-Geral da União) do governo Lula e ex-assessor petista, era o amigo de Lula nesse jogo de apelidos cifrados.

Adriano Maia, que foi diretor jurídico da Odebrecht e cuidava dos contatos com o Judiciário, respondeu à pergunta de Marcelo: “Em curso”.

Três delatores ouvidos pela Folha, sob condição de que seus nomes não fossem revelados, disseram que a linguagem empregada por Marcelo é típica de quem está tratando de pagamento ilícito. O presidente do STF nega qualquer relação com a Odebrecht.

Questionado agora pela PF sobre qual seria a questão tratada pela Odebrecht com Toffoli, Marcelo apontou o dedo para o ex-diretor jurídico e disse que só Adriano Maia poderia esclarecer a dúvida.

Foi por causa desse depoimento que o ministro Alexandre de Moraes determinou a censura da revista Crusoé, que revelou o apelido.

À época da mensagem, Toffoli era o titular da AGU e comandava uma força-tarefa para contestar ações judiciais que tentavam barrar a construção da hidrelétrica do rio Madeira. Ambientalistas e defensores das populações indígenas eram contra a obra porque ela traria danos ao meio ambiente e às etnias de Rondônia que dependiam do rio.

Santo Antônio marcou a estreia da Odebrecht no mercado de Energia, e Marcelo tinha uma estratégia agressiva: queria fazer as duas usinas planejadas para o rio Madeira, a de Santo Antônio e Jirau, separadas por cerca de 100 km. O ganho de produtividade com a proximidade era óbvio.

A Odebrecht levou Santo Antônio, mas perdeu Jirau por conta da atuação de Dilma Rousseff, ex-ministra de Minas e Energia e à época chefe da Casa Civil de Lula, segundo acusação feita por Emilio Odebrecht em delação.

Emilio disse que a empresa vencedora do leilão de Jirau, a Tractebel, não respeitou o edital: “A Tractebel [...] entrou em Jirau contra a gente, mas feriu o edital: colocou a barragem a 10 km ou 15 km [do local ideal]. Ela infringiu o edital mas (...) teve apoio da Dilma pleno”.

Dilma negou enfaticamente ter beneficiado qualquer consórcio nas usinas do rio Madeira. Emílio disse que reclamou do comportamento de Dilma para Lula, mas o ex-presidente não fez nada. Emilio conta que a Odebrecht preferiu manter boas relações com Dilma por vislumbrar que ela poderia tornar-se presidente.

A Odebrecht já tinha um problema anterior com Dilma. Marcelo pediu a ela para vetar que o consórcio de seu concorrente em Jirau tivesse a participação de empresas públicas de Energia. Dilma não aceitou o pedido, e o consórcio foi formado por um gigante mundial de Energia (a francesa Suez), Camargo Corrêa, Chesf (Centrais Hidrelétricas do rio São Francisco) e Eletrosul — as duas últimas são empresas públicas.

Os relatos dos delatores da Odebrecht e Andrade Gutierrez apontam que a propina da usina Santo Antônio foi ecumênica e envolveu um arco de partidos que vai do PT ao PSDB, do PMDB ao PP e até sindicalistas da CUT e da Força Sindical — que, segundo eles, foram subornados para não fazer greve.

Aécio Neves (PSDB), governador de Minas à época, foi acusado por delatores de ter recebido R\$ 20 milhões da Andrade Gutierrez para colocar a Cemig (estatal mineira de Energia) e Furnas (estatal federal que estava sob a esfera de Aécio) no consórcio que construiu Santo Antônio.

A Odebrecht diz ter disponibilizado R\$ 50 milhões para Aécio fora do Brasil.

O ex-deputado Eduardo Cunha (MDB) levou R\$ 20 milhões, segundo delatores da Odebrecht. O petista Arlindo Chinaglia, que presidia a Câmara dos Deputados, ficou com R\$ 10 milhões, também de acordo com eles.

O senador Edison Lobão (MDB), que assumiu a pasta de Minas e Energia em 2008, recebeu R\$ 5,5 milhões para tentar anular o leilão de Jirau, ainda segundo os delatores da Odebrecht. O senador Valdir Raupp (MDB-RO) teria recebido até R\$ 20 milhões, segundo outro delator da Odebrecht.

Todos os citados negam ter recebido recursos ilegais da Odebrecht e da Andrade Gutierrez.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/04/2019

Seção: Opinião

Autor: Bruno Boghossian

Título: Fósforo ao lado do diesel

O vaivém da Petrobras na definição do preço do diesel e a interferência torta do governo na estatal são barbearagens que conseguem projetar nuvens de desconfiança para todos os lados. Os investidores já não sabem para onde vai a condução da companhia e os caminhoneiros ganharam força para fazer novas ameaças de paralisação.

Depois de atender à ordem de Jair Bolsonaro para suspender o aumento de R\$ 0,11 na última semana, a petrolífera anunciou que o litro do diesel vai subir R\$ 0,10. O episódio foi tão mal conduzido que deu discurso aos motoristas que se diziam prejudicados pela política de preços da empresa. Certamente a pressão não era por esse centavo de diferença.

Quase tudo ficou mal explicado. O ultraliberal Paulo Guedes disse que o presidente não encostou o dedo na estatal. Ele alegou que o chefe só fez uma pergunta à cúpula da companhia. “Não tenho nada a ver com esse negócio”, teria dito Bolsonaro, segundo o relato do ministro.

Guedes jura que não haverá mais intervenções, embora admita que a Petrobras estuda mudar sua fórmula de preços. A incerteza acende um fósforo ao lado do tanque de diesel.

Os caminhoneiros fazem uma chantagem baixa, mas perceberam como funciona essa negociação. Se a pressão quase funcionou uma vez, quando Bolsonaro suspendeu o reajuste, eles podem recalcular os incentivos para novas manifestações.

Quando o governo ofereceu obras nas estradas e uma linha de crédito para os caminhoneiros, um representante disse que aquilo era uma esmola. Segundo ele, “o pessoal está eufórico” para desligar os motores.

Bolsonaro chamou líderes indígenas ao Planalto para fazer uma transmissão ao vivo pelas redes sociais. “O índio tem que ser respeitado e vai ser respeitado enquanto vivo eu estiver!”, bradou o presidente.

Deve ser mesmo uma nova era. Em 2004, ele disse que o indígena era “fedorento” e, na maioria das vezes, só ia a Brasília para fazer lobby.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/04/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA BRASÍLIA

Título: Governo pretende arrecadar R\$ 106,5 bi em megaleilão do pré-sal

Cifra foi anunciada pelo ministro Paulo Guedes após a reunião do CNPE que aprovou a realização do certame em outubro

O governo anunciou ontem que espera arrecadar R\$ 106,5 bilhões em um megaleilão de petróleo no pré-sal. O número foi fechado oficialmente durante reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que também aprovou a realização do leilão em 28 de outubro. O valor foi anunciado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, após a reunião:

— O bônus de assinatura vai ser de R\$ 106 bilhões para o leilão.

Será o maior leilão de petróleo da História do Brasil. Do total arrecadado pelo governo, a Petrobras vai receber R\$ 33,69 bilhões (cerca de US\$ 9 bilhões com taxa de câmbio de R\$ 3,72) como compensação pela revisão de um acordo sobre os campos do pré-sal que serão leiloados, a chamada cessão onerosa. Guedes prometeu dividir com estados e municípios o restante do dinheiro, pouco mais de R\$ 72 bilhões.

— Nós cumprimos todas as exigências legais. Estava sendo discutido no ano passado, inclusive, se o Congresso precisava ajudar a acelerar a cessão onerosa. O Congresso não ajudou a coisa a acontecer. Agora, esses recursos podem ser uma faculdade nossa, com o andamento das reformas, compartilhado com estados e municípios —afirmou Guedes.

DINHEIRO EM DEZEMBRO

O ministro da Economia havia dito mais cedo que estuda antecipar para estados e municípios até R\$ 6 bilhões do dinheiro que deve ser arrecadado com o leilão. Para dividir o dinheiro com governos regionais, o Planalto terá de enviar ao Congresso proposta de emenda à Constituição para permitir que os repasses aos governos regionais sejam feitos fora do teto de gastos — regra que limita as despesas da União ao crescimento da inflação no ano anterior.

O leilão e o acordo com a Petrobras —anunciado na semana passada — envolvem a revisão do contrato da cessão onerosa, pelo qual a Petrobras recebeu do governo, sem licitação, o direito de produzir até cinco bilhões de barris em uma área do pré-sal na Bacia de Santos em 2010. O processo fez parte da capitalização da empresa para fazer frente aos investimentos necessários para a exploração do pré-sal, decidida pelo governo Lula. Foi descoberto posteriormente que havia muito mais petróleo na região. É justamente este excedente de óleo que será leiloado.

O certame será feito no regime de partilha de produção, que rege os contratos do pré-sal. Por ele, a arrecadação do governo é fixa, definida previamente, e vence a disputa a empresa ou consórcio que oferecer maior percentual para a União do petróleo produzido. Além disso, a Petrobras tem direito de preferência e poderá atuar como operadora e com percentual de 30% nos consórcios do leilão.

Serão leiloadas quatro áreas na Bacia de Santos: Atapu, Búzios, Itapu e Sépia. Como a Petrobras já explora esses blocos, o vencedor terá de pagar à estatal pelos investimentos feitos nos locais e, como contrapartida, vai adquirir parte dos ativos e da produção.

A previsão é que o pré-edital seja publicado em junho. O Planalto agendou para 13 de dezembro a assinatura dos contratos que serão conquistados pelas petroleiras no certame de outubro. É quando o dinheiro vai entrar nos cofres do governo federal.

O contrato da cessão onerosa de 2010 já previa uma revisão quando os campos contassem com a declaração de comercialidade, ou seja, quando houvesse mais segurança a respeito do volume de petróleo. Isso ocorreu em 2013, quando começaram as primeiras negociações entre Petrobras e União. A Petrobras saiu credora da disputa porque, entre outros fatores, o preço do barril de petróleo caiu desde que foi firmado o acordo.

No governo Temer, foi cogitado que a estatal receberia US\$14 bilhões, mas a definição na semana passada ficou em US\$ 9 bilhões, em linha com o esperado pelos investidores.

VEÍCULO: O Globo**Data: 18/04/2019****Seção: Economia****Autor: BRUNO ROSA E LEO BRANCO RIO E SÃO PAULO****Título: Petrobras reajusta preço do diesel em R\$ 0,10**

Aumento médio será de 4,8%, menor que o de 5,7%, suspenso na semana passada, após interferência de Bolsonaro. Castello Branco diz que, por enquanto, periodicidade de ajuste está mantida, mas nada impede mudança adiante

Um dia depois de o presidente Jair Bolsonaro ter se reunido com o comando da Petrobras para discutir sua política de preços de combustíveis, a estatal anunciou reajuste de R\$ 0,10 no valor do diesel nas refinarias a partir de hoje. O aumento médio de 4,84% é menor, porém, que o reajuste de 5,7% anunciado na semana passada e suspenso após pedido do Planalto.

Em entrevista coletiva na sede da estatal, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que sua política de preços é independente e continuará seguindo em paridade com a cotação internacional do petróleo.

O presidente da Petrobras explicou que o novo reajuste é menor que o anunciado anteriormente porque o frete marítimo ficou mais barato e a companhia obteve ganho com hedge cambial (proteção da variação do câmbio).

Segundo Castello Branco, a periodicidade dos reajustes, com períodos não inferiores a 15 dias para o diesel, está mantida, mas nada impede que seja mudada:

— Agora, levamos 24 dias desde o último reajuste. Não vamos fazer reajustes diários, sou contrário a essa política. E passamos para 15 dias, mas levamos 24 dias para reajustar. Mas isso não impede que amanhã a gente possa mudar algo.

Cálculo da Associação Brasileira dos Importadores de combustíveis (Abicom) estimou que a Petrobras deixou de arrecadar R\$ 91 milhões com a suspensão do reajuste na sexta-feira. Castello Branco, no entanto, negou que tenha havido perdas "porque as operações são hedgeadas".

"NÃO EXISTE CAIXA PRETA"

Com o reajuste, o preço do litro do diesel vai passar de R\$ 2,1432 para R\$ 2,2470. Entre os 35 pontos de venda da estatal, o aumento mínimo é de 4,518%, e a alta máxima, de 5,147%. O preço cobrado pela Petrobras nas refinarias equivale a 50% a 60% do preço final para o consumidor, destacou o executivo. Por isso, o aumento de R\$ 0,10 não significa que o consumidor pagará esse valor a mais na bomba. Segundo Castello Branco, o consumidor vai sentir "no mundo ideal" cerca de R\$ 0,05.

Investidores começaram a questionar os pilares da política de preços na semana passada, depois de a empresa ter voltado atrás no reajuste do diesel após interferência de Bolsonaro. No pregão de sexta-feira, a Petrobras perdeu R\$ 32 bilhões em valor de mercado.

De acordo com Castello Branco, a reunião realizada na véspera com Bolsonaro reafirmou "a liberdade de preço para a Petrobras tocar seus negócios". Ele negou que o presidente tivesse mandado a estatal cancelar o reajuste de 5,7% anunciado semana passada: — O presidente Bolsonaro não pediu nada. Ele apenas alertou sobre riscos de greve. Por isso, fiz um call com diretores, e a decisão foi suspender o reajuste para reavaliação. No passado recente, a determinação de preços sem levar em conta os riscos deu no que deu.

Castello Branco negou que Bolsonaro tenha sido avisado antecipadamente sobre o reajuste anunciado ontem porque "ele tem muita coisa com que se preocupar."

Segundo Castello Branco, "o governo é uma aliança liberal conservadora que não admite interferência" na empresa. Perguntado sobre a afirmação do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que a Petrobras deveria ser mais transparente, disse:

— Não recebi nenhum ofício sobre mais transparência. Estamos dispostos sempre a ser o mais transparentes possível. Não existe caixa preta na Petrobras.

O reajuste do diesel hoje é visto pelos caminhoneiros como questão secundária, afirmou o representante do Comando Nacional do Transporte Ivar Luiz Schmidt.

— Mais importante é cumprir a tabela do frete. Sempre que há reajuste superior a 10% no diesel, a tabela é reajustada. Mas quase ninguém paga a tabela — disse Rodrigo Teixeira, um dos porta-vozes dos caminhoneiros em São Paulo na greve de 2018.

VEÍCULO: O Globo**Data: 18/04/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Caixa informa que estuda vender ações da Petrobras**

Diretor da petroleira confirma plano de reduzir a menos de 50% fatia na BR Distribuidora, que deixaria de ser uma estatal

A Petrobras informou ontem que recebeu correspondência da Caixa Econômica Federal na qual o banco comunica que estuda a possibilidade de vender ações da petroleira que detém. O banco estatal é dono de cerca de 2,2% do capital da petroleira.

A Caixa destacou na correspondência à Petrobras que não descarta fazer uma oferta de ações ao mercado registrada no Brasil e nos EUA.

Para encaminhar o estudo, o banco montou um grupo de assessores financeiros e jurídicos para avaliar as alternativas para a venda das ações. E solicitou à Petrobras que disponibilize informações necessárias para a elaboração do estudo.

Em fevereiro, o governo publicou um decreto autorizando a Caixa e o BNDES a vender ações da Petrobras sem necessidade de aval do presidente da República.

O diretor financeiro da Petrobras, Rafael Grisolia, confirmou ontem que a estatal planeja reduzir sua fatia no capital da BR Distribuidora a menos de 50%, mas se manter um acionista relevante da empresa. A subsidiária, que domina o setor de distribuição de combustíveis no país, deixaria assim de ser classificada como uma estatal.

— A questão é que hoje a gente tem uma participação de 71%, e, muito provavelmente, ainda está sob aprovações internas. A gente vai reduzir essa participação abaixo de 50% — afirmou o executivo, após participar de um evento da agência de classificação Fitch, em São Paulo.

A Petrobras já contratou nove bancos para conduzir a oferta de ações da BR e discute a operação com o Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo Grisolia, a subsidiária teria mais valor se deixasse de ser uma estatal, com mais agilidade para tomar decisões num mercado competitivo, e citou como exemplos as concorrentes Raízen e Ipiranga:

— Acho que podemos trazer valor para a própria Petrobras e para os acionistas da BR.

VEÍCULO: O Globo**Data: 18/04/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: Bolsonaro garante não intervir na Petrobras, porém situação preocupa**

Crise de confiança é reversível, mas não se pode prometer o impossível aos caminhoneiros

A realidade bateu à porta do Palácio do Planalto. Um ano depois de ter apoiado, como candidato, a paralisação do sistema de transporte de cargas, Jair Bolsonaro é presidente da República e se vê diante da mesma equação que desafiou o antecessor Michel Temer — a política de preços da Petrobras, em particular para o óleo diesel, e os interesses das empresas privadas e de autônomos que movimentam a maior parte da produção nacional. Passaram-se nove meses entre o boicote no sistema de transporte e a posse no Planalto. Ao contrário de Temer, Bolsonaro teve todo esse tempo para estudar alternativas, debatê-las com os aliados do setor, escolher e preparar soluções viáveis.

Na noite de quinta-feira passada, Bolsonaro telefonou ao presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e revogou o aumento do diesel para atender caminhoneiros que o apoiaram na eleição. A Petrobras perdeu R\$ 32 bilhões em valor de mercado, o dobro do que Temer havia gastado em subsídios ao preço do diesel para caminhoneiros. Mais grave, porém, foi a crise de confiança produzida pela intervenção, sinalizando retrocesso à política dos governos Lula e Dilma, quando os preços da Petrobras eram arbitrados no Planalto.

Nesta semana, Bolsonaro recuou. “Eu não quero e não tenho direito de intervir na Petrobras”, disse, segundo seu porta-voz, confirmado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. E ontem mesmo a estatal aumentou o diesel. Entre os fatores domésticos de influência nos preços dos combustíveis está a pesada tributação (ICMS), passível de reparo, em parceria com os estados. Importante é instituir uma política transparente de preços. E é inimaginável queimar recursos públicos para ajudar empresas de transportes e autônomos a encher os tanques de combustível. Medidas paliativas são admissíveis em circunstâncias críticas, desde que tenham fontes explícitas de financiamento no Orçamento.

O tabelamento de fretes se mostra inexecutável, porque confronta as leis de mercado. Cria distorções, levando as maiores empresas geradoras de cargas a operar com frotas próprias, e até causa transferência de fretes para a

cabotagem. Categoria que apoiou Bolsonaro na campanha, os caminhoneiros devem esperar muitas benesses do Planalto. Mas elas são impossíveis. O problema está nas mesas de Bolsonaro, do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e do ministro da Economia, Paulo Guedes. E precisa ser adequadamente resolvido no curto prazo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Carlos Alberto Sardenberg

Título: Perdendo a confiança

Não está errado dizer que a Petrobras perdeu R\$ 32,4 bilhões quando o presidente Bolsonaro suspendeu o reajuste de 5,7% que a estatal anunciara para o preço do diesel.

Mais correto, porém, é dizer que os acionistas da Petrobras perderam todo aquele dinheiro. E não foi apenas por causa dos 5,7%.

Ações caem quando há mais investidores vendendo do que comprando os papéis. E quem vende é porque perdeu confiança. Em geral, só os grandes investidores fazem esses movimentos rápidos. Os outros, entre os quais se incluem quase todos os brasileiros que têm alguma poupança, só podem reclamar ou lamentar. Todos, portanto, perdem dinheiro e confiança.

E quem são os acionistas?

O próprio governo federal, por exemplo. O BNDES tem em sua carteira algo como R\$ 40 bilhões em papéis da Petrobras. A Caixa, uns R\$ 10 bi. Só aí, portanto, o governo perdeu R\$ 4,5 bilhões naquele dia (desvalorização dos papéis de uns 9%).

É dinheiro. Ainda nesta semana, o governo disse que o BNDES vai emprestar R\$ 500 milhões para os caminhoneiros comprarem pneus. E que vai procurar no orçamento uns R\$ 2 bilhões para arrumar rodovias. Acharia ali na carteira de ações.

Claro que as ações podem recuperar valor — se a Petrobras conseguir reaplicar o aumento do diesel ou se descobrir um baita campo de petróleo ou se o preço internacional do óleo subir — mas a desconfiança permanece.

A versão oficial diz que o presidente Bolsonaro não mandou cancelar o reajuste do diesel. Apenas pediu para suspendê-lo porque estava confuso e queria entender melhor o sistema de preços da Petrobras.

Com todos esses anos de jornalismo, a gente sabe desconfiar de uma versão oficial. E também sabe apurar nos bastidores.

Assim, com boa vontade, podemos fazer duas hipóteses. Primeira, o presidente de fato não entendia o sistema de preços da Petrobras e ficou confuso com o aumento. Segunda, entendia perfeitamente e mandou suspender o aumento porque ficou sabendo da bronca dos caminhoneiros.

Em qualquer caso, é complicado, digamos. Esse assunto dos reajustes da Petrobras não é de hoje. Vem de mais de ano, foi discutido na greve dos caminhoneiros (aliás, apoiada por Bolsonaro) e debatido na campanha eleitoral. Como o presidente poderia não saber? E se sabia, mandou cancelar o reajuste para, ouvindo as ruas, como disse Paulo Guedes, atender à reivindicação dos caminhoneiros.

O que significa que a política econômica liberal tem limites. Até onde? Tem uma terceira questão: será que o presidente nem desconfiava das consequências de seu ato, a enorme perda de valor da Petrobras? Acrescente-se ao cenário a confusão na tramitação da reforma da Previdência. Claro que não é um problema grave que a votação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara tenha sido adiada para a próxima terça-feira. Mas, caramba, como os líderes governistas não conseguem administrar uma votação que não é das mais difíceis?

Tudo considerado, as expectativas estão piorando. Estavam bastante elevadas logo após a eleição de Bolsonaro e subiram ainda mais quando se formou a equipe de Paulo Guedes. Mais ainda com as juras de reformas macro e micro e privatizações em massa, além de autonomia das estatais e agências.

Aí surgem os “pequenos” problemas. Algumas péssimas escolhas ministeriais, briga dentro do governo, lideranças ineficientes no Congresso, canceladas nos políticos, os da velha e da nova, ataques a Rodrigo Maia, o grande defensor das reformas econômicas, o caso Petrobras, as derrotas na Câmara.

Tudo coisa que pode ser consertada, mas a sequência certamente reduz a crença na capacidade do governo (e de Guedes) de entregar a política econômica tão apoiada.

Não é por acaso que as expectativas de crescimento para este ano são cada vez menores.

VEÍCULO: O Globo**Data: 18/04/2019****Seção: Economia****Autor: MARCELLO CORRÊA E GERALDA DOCA BRASÍLIA****Título: Em busca de mais apoio à Previdência**

Guedes oferece antecipar até R\$ 6 bi a estados para ampliar aprovação à reforma

Após uma semana em que acumulou derrotas na articulação da reforma da Previdência, o governo acenou a governadores e parlamentares com um pacote de bondades, na expectativa de conseguir mais apoio à proposta. Para estados, o ministro da Economia, Paulo Guedes, ofereceu ontem antecipar até R\$ 6 bilhões do dinheiro que deve ser arrecadado no mega-leilão de petróleo no pré-sal, referente ao excedente da chamada cessão onerosa (contrato em que a União cedeu à Petrobras o direito de explorar seis blocos na Bacia de Santos). O repasse só ocorrerá se a reforma ganhar fôlego no Congresso. Em paralelo, a equipe econômica trabalha para garantir recursos para que deputados toquem obras em suas bases. O plano, segundo fontes, envolve liberação de até R\$ 30 milhões em créditos extra-orçamentários para líderes de partidos.

Guedes já pretendia compartilhar o dinheiro do petróleo com estados, mas ontem foi a primeira vez que o ministro falou em fazer os repasses antes da realização do certame, previsto para outubro. A medida se somaria ao plano de equilíbrio financeiro que prevê a liberação de R\$ 10 bilhões em empréstimos com aval da União para entes que apresentarem propostas de ajuste fiscal e à ajuda do governo federal nos processos de privatização de estatais estaduais.

Questionado se essa antecipação seria com recursos da União, o ministro afirmou que a ajuda só sairia do papel se as reformas andassem, o que abriria espaço fiscal.

— Estamos estimando já, no mínimo, R\$ 4 bilhões, podendo chegar a R\$ 6 bilhões, uma possível antecipação (do megaleilão). Estamos estudando. O (Plano) Mansueto é garantido. A privatização é garantida. A antecipação de uma cessão onerosa estamos estudando, porque depende da capacidade de antecipação das reformas. Sem as reformas, a União também está em dificuldades, e aí é um abraço de afogados. Estamos estudando (...) e já guardando recursos para liberar, caso a coisa indique que vai ser tudo aprovado e estamos andando bem — afirmou o ministro, após um encontro com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Segundo um integrante da equipe econômica, antecipar a divisão do dinheiro do petróleo deve motivar os governadores a mobilizarem suas bancadas na Câmara em favor do projeto, que está emperrado. Ontem, a votação da reforma na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) foi adiada. Após pressão da oposição e de partidos do centrão, o relator do texto, Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), anunciou que alteraria seu parecer, que inicialmente recomendava a aprovação da proposta na íntegra.

INEXPERIÊNCIA DE DEPUTADOS

É por isso que o governo também estuda um aceno aos parlamentares. Diante da resistência do centrão, a ala política do governo negocia com a equipe econômica a liberação de recursos extraorçamentários para líderes partidários e integrantes da CCJ. Segundo um interlocutor, a ideia é destinar R\$ 30 milhões para os líderes e R\$ 10 milhões para membros da CCJ. Seria uma espécie de crédito, explicou a fonte. Os beneficiados poderão entrar em contato com os prefeitos para que eles encaminhem projetos aos ministérios. A verba seria destinada a obras nos redutos eleitorais dos parlamentares nos municípios.

Ao anunciar os planos para atender aos estados ontem, Guedes disse que, apesar da
Guedes. “Estamos guardando recursos para liberar, caso a coisa indique que vai ser tudo (reforma da Previdência) aprovado” reforma da Previdência ser a principal medida para destra-var a economia, foi convencido pela classe política de que outras pautas precisam ser encaminhadas. Ao lado de Alcolumbre, anunciou que o Senado tocaria a proposta do pacto federativo, que prevê descentralização de recursos para os estados. O ministro também minimizou os entraves à aprovação da reforma.

— O ministro Onyx (Lorenzoni, da Casa Civil) esteve conosco aqui um pouco antes. Disse que a coisa estava quase toda acertada e tem esses pequenos desajustes que vêm até da relativa inexperiência. Tem um grupo chegando e tinha um grupo que já estava estabelecido, que conhece mais as práticas regimentais. A coisa do ponto de vista político já estava equacionada. Houve um pequeno resvalo na condução dos trabalhos lá (na Câmara), e a coisa foi para terça-feira. Mas com a expectativa política de que será aprovada — afirmou Guedes.

Guedes comentou ainda que não considera uma boa estratégia fazer concessões no mérito do texto já nesse primeiro momento. Desde o início dos trabalhos, a ideia de integrantes da equipe econômica era deixar essa negociação para a comissão especial, a próxima etapa de negociação da reforma na Câmara.

— Isso (mudar pontos do projeto) é decisão do Parlamento. A única coisa de que fui informado é que, como a comissão é de Constituição e Justiça, não cabe decisão de mérito. A preservação da integridade do projeto, se tiver constitucional, seria o procedimento correto. A hora de fazer política não é dentro da comissão (CCJ). Não seria adequado, mas estou falando sem conhecimento de causa, não sou político. O movimento político é na hora da discussão da comissão especial — destacou o ministro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: A América Latina e o populismo

A América Latina não se cansa de perder sonhos e repetir os mesmos enredos trágicos. Alan García, quando assumiu em 1985, com apenas 35 anos, era parte de um movimento de renovação do continente que passara por ditaduras. O populismo econômico fez com que ele terminasse seu primeiro mandato com o país em hiperinflação. A América Latina daqueles anos 1980 viu a inflação destruir os sonhos de inclusão social como agora vê a corrupção sepultando projetos políticos. O suicídio de Alan García é emblemático de uma época.

Na Argentina, o presidente Mauricio Macri, que chegou à Casa Rosada defendendo o projeto liberal para se contrapor ao intervencionismo dos Kirchner, decidiu repetir ontem um velho erro já cometido na região: o congelamento de preços para lidar com a inflação resistente que herdou e não conseguiu domar. O populismo ocorre em qualquer lado do espectro político, e é um dos erros recorrentes da região.

— De uma certa forma, é um ciclo que se fecha. O García começou com medidas populistas e foi em direção à políticas mais ortodoxas. Já o Macri era um liberal que agora adota uma medida heterodoxa para tentar ganhar fôlego e chegar até as eleições de outubro — afirmou a economista Monica de Bolle, diretora do Programa de Estudos Latino-Americanos da Johns Hopkins University.

Macri mostra que, seja de direita ou de esquerda, há um momento em que o governante latino-americano acha que é possível resolver tudo com uma canetada, um congelamento, ou um telefonema para o presidente da estatal. Macri ontem congelou preços e disse que tudo foi feito depois de negociação com grandes empresas e avisou que é por seis meses. Tenta corrigir com uma medida artificial o que não conseguiu fazer com sua cartilha liberal que ele, aliás, usou muito mal.

Aqui no Brasil houve um sinal de que o intervencionismo está vivo e jamais saiu do coração do presidente. Na última sexta-feira, Jair Bolsonaro interferiu na formação de preços da Petrobras. Esta semana, o ministro Paulo Guedes tentou minimizar os efeitos da atitude do presidente. Guedes disse que Bolsonaro apenas ligou para Roberto Castello Branco, para entender o preço, não para interferir. Ontem, a Petrobras anunciou quase o mesmo reajuste, disse que a decisão será exclusivamente dela, mas a fórmula do cálculo continua sem transparência e não haverá periodicidade definida. No mercado, há desconfiança porque a atitude de Bolsonaro lembrou aos investidores as convicções que ele sempre defendeu ao longo de sua vida política.

O suicídio de Alan García mostra o fim melancólico de uma era, dos anos 1980, onde havia muita esperança de superação dos atrasos da região através de uma política de esquerda. Ele cumpriu parte do enredo de sonhos sepultados da América Latina. Esteve duas vezes no governo. Na segunda, em 2006, deu passos à direita, fez um discurso liberal para se diferenciar do seu oponente Ollanta Humala, mas sua carreira acabou da pior forma. Deu um tiro na cabeça quando bateram à porta e era a polícia para levá-lo preso. A acusação era de corrupção, e o corruptor, a empresa brasileira Odebrecht.

Há vários males na América Latina. O maior deles é acreditar em salvadores da pátria e poções mágicas contra problemas graves. Alan García era um dos quatro ex-presidentes do Peru investigados por suspeitas de receber favores da Odebrecht. Alejandro Toledo, Ollanta Humala e Pedro Pablo Kuczynski também o são. E o ex-presidente Alberto Fujimori, que governou por 10 anos com discurso liberal e poderes ditatoriais, foi condenado a 25 anos de prisão por corrupção e crimes contra a humanidade, em 2000. Recebeu indulto que foi posteriormente revogado. Apesar de ser um país com cinco ex-presidentes condenados ou investigados por corrupção, o Peru tem feito avanços importantes na investigação dos desdobramentos da Lava-Jato.

Há vários males na América Latina. O mais persistente deles é acreditar em salvadores da Pátria e poções mágicas contra os problemas que precisam ser superados com persistência e boas políticas. Não há magia contra a pobreza ou a corrupção, contra a inflação ou a recessão. Os que chegam dizendo que mudarão tudo isso que está aí — seja à esquerda, seja à direita — acabam ficando muito parecidos uns com os outros e repetindo os mesmos erros.

Uma das lições a se tirar das tragédias da América Latina é que não há substituto para um governo eficiente, que procure resultados e não se apresente como aquele que vai salvar o país. O combate à corrupção ou à pobreza não pode ser instrumento para que se repita os velhos erros do populismo.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 18/04/2019**Seção:** Política**Autor:** Rodolfo Costa**Título:** Articulações de bastidores

O governo faz articulações internas para evitar que o lobby dos chamados atravessadores no sistema de transporte rodoviário seja a faísca que vai estourar a greve dos caminhoneiros. A ministra da Agropecuária, Tereza Cristina, mantém conversas com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, para implementar o Documento de Transporte Eletrônico (DT-e), uma das medidas anunciadas na terça-feira para acalmar os ânimos dos transportadores autônomos.

A ideia é acabar com a guerra no mercado de transporte de cargas, entre autônomos e transportadoras. Para isso, sob demanda dos embarcadores — os donos das mercadorias que serão transportadas —, Tereza defende a implementação do DT-e, que trará informações integradas, como nota fiscal, distância da viagem e cálculo do piso mínimo de frete em cima da distância, além de vale-pedágio, o valor da estadia para carga e descarga e o próprio contrato da viagem. É uma ferramenta que auxiliará na fiscalização da tabela de frete e pode, em parte, contribuir para o cumprimento do controle da jornada de trabalho.

A ministra não participou da coletiva de imprensa que anunciou as medidas apresentadas aos caminhoneiros, mas está atuante nos bastidores para que o DT-e seja cumprido. O problema está na pressão feita por transportadoras a Freitas. Eles articulam a implementação de penduricalhos no Código Identificador da Operação de Transportes (Ciot), mecanismo criado para regulamentar o pagamento do frete, em vez de substituí-lo pelo DT-e.

Os autônomos argumentam que o Ciot não garante integração das informações do trajeto e, conseqüentemente, não confere a fiscalização exigida. Alguns até especulam que abre margem para a sonegação, algo que as transportadoras negam. Com o DT-e, os caminhoneiros preveem ganhos maiores no frete, uma vez que o mecanismo pode regulamentar e tirar do mercado os atravessadores que não cumprirem com as normas previstas em lei. “A ideia é desburocratizar e tornar a vida do caminhoneiro mais fácil, eliminando o intermediário”, disse Freitas na coletiva de imprensa.

A intenção do Ministério da Infraestrutura de aproximar diretamente o autônomo dos embarcadores, no entanto, exigirá mais do que articulação técnica entre as duas pastas. Será necessária, também, interlocução política. Os

secretários executivos da Agricultura, Marcos Montes, e da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, se articulam com o Congresso a fim de convencer parlamentares da necessidade do DT-e. O problema, no entanto, está exatamente na articulação política do governo, criticada pelo Centrão, que promete endurecer o discurso e testar Tereza, indicada pela bancada ruralista.

A preocupação do governo é evitar, a todo o custo, uma nova greve dos caminhoneiros. Afinal, uma derrota no cumprimento do compromisso do documento eletrônico, por motivo político ou técnico, inflamaria os ânimos. A própria articulação da categoria inspira cuidados. Hoje, os autônomos estão desunidos, o preocupa. Sem união, está mais difícil até para as principais lideranças conterem os autônomos. A paralisação de um transportador pode desencadear um efeito dominó.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 18/04/2019

Seção: Política

Autor: Rodolfo Costa

Título: Aumento do diesel

A Petrobras deu resposta ontem aos mercados e aos caminhoneiros sobre a política de preços de combustíveis que pretende adotar e anunciou aumento de R\$ 0,10 no litro do óleo diesel. O recado do presidente da estatal, Roberto Castello Branco, é de que a empresa é livre e manterá a política, em linha com padrão do mercado internacional. O reajuste representa uma variação mínima entre 4,5% e 5,1%, abaixo dos 5,7% anunciados na última quinta-feira.

O aumento passa a valer a partir de hoje. O litro do diesel vai custar R\$ 2,2470 nas distribuidoras. O valor ficou R\$ 0,0192 abaixo do que havia sido decidido na quinta-feira, antes de o presidente Jair Bolsonaro conversar com Castello Branco e a Petrobras decidir adiar a correção. “Espera-se que, na bomba, o valor de repasse para o consumidor seja menor”, ponderou o presidente da estatal.

A correção foi motivo de críticas por alguns caminhoneiros, mas o clima nos grupos de WhatsApp de lideranças da categoria foi atenuado. Embora o diesel seja um insumo com peso importante no frete, não é a principal demanda da categoria. Mesmo assim, Castello Branco se posicionou a favor de uma política flexível de preços “para quando achar importante ter”. “Temos um intervalo de 24 dias do último reajuste. Não faremos reajustes diários. Sou contra essa política”, declarou. (RC)

R\$ 0,10 centavos

É o valor do reajuste anunciado pela Petrobras. O litro do combustível vai custar R\$ 2,24 nas distribuidoras

MME / ASCOM .